

The cover features a dark purple background with a large, stylized graphic on the left side consisting of several overlapping, curved, wedge-shaped segments that resemble a fan or a stylized letter 'C'. A white horizontal band is positioned in the upper right quadrant, containing the title text. Below this band, there are several thin, white, curved lines that sweep across the lower half of the page, mirroring the curves of the graphic on the left.

Relatório e Contas 2008

RELATÓRIO E CONTAS 2008

Introdução

O acto de prestar contas é um dos momentos mais nobres da vida das instituições. Quaisquer que sejam as disposições legais ou estatutárias sobre a matéria, este é o documento que compara o proposto no plano de actividades e o efectivamente realizado.

Se prestar contas no âmbito dos negócios é uma obrigação de quem gere e um direito dos interessados na gestão, no domínio da causa pública aquela exigência assume contornos de maior responsabilidade pois, para além dos interessados directos, tem que ser compatibilizado com o interesse público.

Para quem lidera com espírito de sacrifício e no desempenho de uma causa na qual acredita, prestar contas deixa de ser um dever e obrigação, para se transformar em oportunidade de explicar aos interessados a forma como foram geridos os seus interesses.

No ainda jovem, mas já significativo percurso que todos, em conjunto, percorremos, unidos em torno da nossa Câmara, temos tido a oportunidade de assistir a um crescimento ímpar no domínio da regulação e consolidação profissional.

Ao longo desse caminho atingimos níveis de execução que não são usuais, quer no domínio da regulação profissional quer na própria Administração Pública. Em 2008, em termos globais, foram de 99,9 por cento nas receitas e 98,6 por cento nas despesas.

Finalmente, nos termos das disposições estatutárias, compete à Direcção elaborar o relato e as contas, conferindo-lhes, neste domínio, a representatividade dos restantes órgãos.

O presente relatório seguirá de perto a orientação de anos anteriores. Por outras palavras, introduz-se a actividade desenvolvida por outros órgãos, serviços ou comissões eventuais ou permanentes constituídas no âmbito das funções da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas que a Direcção entende ser pertinente.

A acção desenvolvida confluiu num único objectivo, integrado na seguinte estratégia:

Estratégia de acção

Numa Instituição como a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, as diversas realizações não acontecem ao acaso: estão integradas num contexto, convergindo para o mesmo fim.

Embora o objectivo para onde tudo converge se resume à construção de uma profissão mais credível e digna, sabemos que existem desafios complexos.

Em 2008, centrámos as nossas atenções em assuntos relacionados com a qualidade profissional dos membros, na firme convicção que o exercício desta actividade, socialmente importante no contexto empresarial português, deverá pautar-se por elevados padrões de exigência.

Num mundo onde a competição é cada vez mais feroz, a qualidade ajudará a suportar o sucesso. A perspectiva de mudança profunda na matriz contabilística nacional, com a introdução das normas internacionais de Contabilidade e a reformulação da estrutura normalizadora, constituem importantes alertas para a necessidade de maior enfoque nas questões qualitativas.

A aproximação da obrigatoriedade do Processo de Bolonha levou a Câmara a proceder a reajustamentos, concebendo uma nova estrutura curricular adaptada à nova realidade do ensino superior português.

Tendo como orientação de fundo a estratégia descrita, a sua materialização verificou-se através das seguintes acções:

Acções desenvolvidas

Formação

A volatilidade do quadro normativo observado no exercício da profissão, o aconselhamento ao tecido empresarial português – constituído na sua esmagadora maioria por micro, pequenas e médias empresas – exige aos TOC uma polivalência acentuada e a constante preocupação de reciclar conhecimentos. Cientes da necessidade de mudança de alguns hábitos profissionais, a formação sempre foi, e continuará a ser, uma das prioridades da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Os esforços para encontrar um método de formação que chegasse de forma fácil e eficiente a todos os pontos do País, minimizando custos e evitando a deslocação aos formandos, culminou com a introdução da formação à distância. Esta nova aposta arrancou em Abril de 2008, após um período experimental, e tem merecido elogios de quem a frequenta.

Porque há melhorias a efectuar, toda a formação ministrada pela Câmara é acompanhada de um

inquérito que, na sua grande maioria, é respondido pelos formandos. O tratamento destes dados revela que cerca de 85 por cento consideram a formação ministrada pela Câmara «boa» ou «muito boa».

Sendo um importante indicador de satisfação, não nos deslumbramos com os resultados obtidos. A melhoria da formação continua a ser ponto-chave da estratégia desta Direcção.

Apresentamos, de seguida, os dados estatísticos da participação dos TOC nos diversos tipos de formação que a Câmara promove.

Formação eventual – É realizada nos meses de Janeiro/Fevereiro, Junho/Julho e Outubro/Novembro e tem como objectivo sensibilizar para as alterações surgidas nos normativos aplicáveis à profissão, garantindo um melhor cumprimento da lei.

Em 2008, participaram nestas acções de formação 35 440 profissionais.

Tema	Participantes
Orçamento do Estado e encerramento de contas	22 208
Responsabilidade do TOC/Instrumentos de defesa dos contribuintes	6 066
Ética e Deontologia do TOC/Prestação de contas na Administração Pública	7 166
Total	35 440

Estas acções de formação realizam-se em todas as capitais de distrito no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, seguindo a mesma estrutura organizacional das Direcções de Finanças. Nos Açores, por motivos geográficos, esta iniciativa reparte-se pelas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial.



Só a primeira formação do ano reuniu mais de 22 mil profissionais

Formação segmentada – Com duração compreendida entre oito e 16 horas, tem como objectivo propiciar a análise aprofundada de temas de dimensão ou complexidade acima da média.

É realizada nas capitais de distrito ou, em qualquer outra localidade em que se reúnam, no mínimo, 30 participantes, assegurando a CTOC a logística para a sua concretização.

É uma formação presencial e, no exercício de 2008, realizaram-se as seguintes acções:

Datas	Tema	Participantes
Abril	IRC - Matéria colectável, benefícios fiscais e impostos diferidos (aspectos contabilísticos e fiscais)	1 734
Junho	Impostos sobre o património/IMT, IMI, Imposto do Selo	942
Junho	SNC/Projecto – O novo normativo contabilístico nacional – enquadramento e primeira aplicação das NIRF	1 839
Setembro	Contratos de construção e actividades imobiliárias – aspectos contabilísticos e fiscais	1 378
Outubro	Entidades sem fins lucrativos	1 842
Novembro	Contabilidade Pública	1 832
Dezembro	Consolidação de contas	2 982
Total		12 549

Formação permanente – Com duração compreendida entre 16 e 32 horas, é de natureza presencial e tem como objectivo a análise mais profunda e cuidada de matérias que, pela sua dimensão ou complexidade, exigem um número de horas superior às da formação segmentada.

Realiza-se nas capitais de distrito ou em qualquer outro lugar onde seja possível reunir um conjunto de 30 ou mais interessados. A CTOC garante os meios necessários e logísticos. Em 2008, realizou-se a seguinte acção de formação:

Data	Tema	Participantes
Setembro	O contencioso tributário	1 727

As acções de formação permanente são exclusivamente realizadas pela CTOC.

As acções de formação segmentada e permanente podem, para além das realizadas nos locais onde existam interessados, decorrer em empresas, desde que sejam sempre organizadas pela CTOC ou sob sua orientação e frequentadas exclusivamente por membros da Câmara.



A adesão dos TOC prova que a formação à distância é uma aposta ganha

Formação à distância – Não obstante a oferta diversificada de formação que a Câmara disponibiliza aos seus membros, mantinha-se a sensação de desequilíbrio relativamente à igualdade de oportunidades dos profissionais.

Para quem reside em zonas de menor concentração de TOC, o acesso à formação era mais complicado, dada a maior dificuldade em reunir o mínimo de profissionais exigido.

A única solução passaria por encontrar um meio de comunicação que, usufruindo da evolução das novas tecnologias, permitisse aos membros uma participação mais flexível.

Aproveitando a tecnologia do *e-learning*, e adaptando-a à realidade concreta dos Técnicos Oficiais de Contas, depois de diversos testes, implementámos no ano passado um novo método, que temos vindo a designar por formação à distância e que tem merecido boa aceitação.

Este método permite uma interacção geradora de novidade, não obstante a heterogeneidade existente entre os membros. Estamos ainda num período de

consolidação e divulgação deste novo processo, necessariamente dinâmico, readaptando-o à evolução tecnológica e aos anseios dos TOC.

No ano transacto, realizaram-se as seguintes acções de formação:

Datas	Tema	Participantes
Janeiro	Alterações ao Código do IVA	900
Abril	Análise de balanços e estudos de indicadores económico-financeiros	2 229
Maio	Gestão da <i>performance</i> empresarial	605
Junho	IRC - Matéria colectável, benefícios fiscais e impostos diferidos	666
Setembro	Contratos de construção e actividades imobiliárias	336
Setembro	Contencioso tributário	435
Setembro	SNC/Projecto – O novo normativo contabilístico nacional	628
Setembro	Alterações ao Código do IVA	536
Setembro	Análise de balanços e estudos de indicadores económico-financeiros	529
Setembro	Gestão da <i>performance</i> empresarial	194
Setembro	IRC - Matéria colectável, benefícios fiscais e impostos diferidos	478
Outubro	Entidades sem fins lucrativos – enquadramento contabilístico-fiscal	775
Outubro	Avaliação de empresas	1 250
Outubro	Impostos sobre o património – IMT, IMI e Imposto do Selo	924
Novembro	A responsabilidade do TOC no ordenamento jurídico nacional	435
Novembro	Preços de transferência – medidas antiabuso	803
Novembro	Contabilidade Pública	536
Novembro	Consolidação de contas	841
Dezembro	Ética e deontologia profissional e ECTOC	1 196
Dezembro	SNC/Projecto – O novo normativo contabilístico nacional	536
Dezembro	Gestão da <i>performance</i> empresarial	474
Dezembro	Alterações ao Código do IVA	819
Dezembro	Contencioso tributário	719
Dezembro	Avaliação de empresas	1 146
Total		17 990

O ano de 2008 foi muito positivo no domínio da formação, não só pela quantidade de acções realizadas mas, acima de tudo, porque temos a sensação que conseguimos inculcar nos profissionais a consciência da necessidade da formação, o que, a curto/médio prazo, lhes trará significativas vantagens.

Outras acções de formação – Empresas de grande dimensão, com elevado número de Técnicos Oficiais de Contas ao seu serviço, distribuídos por diversas localidades, têm, normalmente, planos de formação para os seus colaboradores organizados de acordo com as suas próprias necessidades.

Não obstante essa planificação, a CTOC tem sido abordada para realizar, em exclusivo para os profissionais dessas empresas, acções de formação sobre temas desenvolvidos pela Câmara. Essas iniciativas foram realizadas, tendo a CTOC imposto como condição apenas e só a presença de Técnicos Oficiais de Contas.



As novas tendências da Fiscalidade estiveram em debate

Conferências - A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas realiza, há diversos anos, um conjunto de conferências que espoletam importantes reflexões e originam a denúncia de situações problemáticas que, no nosso entender, carecem de rápida e urgente modificação.

Para além da conferência anual organizada pelo Gabinete de Estudos da CTOC, a Câmara promoveu um conjunto de eventos que propiciou o conhecimento de matérias e temas sem o qual, dificilmente, se conseguiria uma reflexão sistematizada.

Foi o que se passou com a conferência que denunciou publicamente a forma errada como estava a decorrer o processo da cobrança automática dos impostos.

Também os eventos realizados em parceria com as organizações internacionais em que a Câmara se encontra inscrita mereceram um destaque especial,

pois propiciaram aos profissionais o conhecimento de realidades diferentes daquelas em que vivemos. Em 2008, realizaram-se as seguintes conferências:

Datas	Localidades	Tema	Participantes
Fevereiro	Diversos	CD/SITOC/ATD e formação à distância	17 009
Maio	Diversos	Normas internacionais de Contabilidade	1 500
Maio	Lisboa	IX Prolatino	1 404
Julho	Diversos	SNC (Sistema de Normalização Contabilística)	3 445
Setembro	Lisboa	I Encontro de História da Contabilidade	600
Setembro	Porto	I Encontro de História da Contabilidade	1 251
Setembro	Funchal	Normas internacionais de Contabilidade	374
Outubro	P. Delgada	Normas internacionais de Contabilidade	174
Outubro	Porto	Planeamento fiscal	1 234
Novembro	Stª Maria da Feira	CILEA (Comité de Integração Latino Europa/América)	820
Total			27 811

Outros eventos

Em 2008, realizaram-se três sessões públicas de entrega de diplomas aos novos membros.

Teve também lugar, no ano transacto, a cerimónia da tomada de posse da Comissão Eventual para Análise do novo Sistema de Normalização Contabilística. Do trabalho desenvolvido, a Direcção elaborou e aprovou documento entregue ao secretário de Estados dos Assuntos Fiscais, em Julho, tendo também sido disponibilizado no *site* da CTOC.

A 5 de Julho, teve lugar o VI Encontro dos TOC, desta vez em Coimbra, e contou com a presença de cerca de 550 Técnicos Oficiais de Contas.

No início de Agosto, foram inauguradas as novas instalações da representação permanente da Região Autónoma da Madeira que contou com uma larga participação de TOC. Esteve presente Francisco Fernandes, secretário Regional da Educação, em representação do presidente do Governo Regional.

No decorrer da conferência sobre «Planeamento fiscal», em Outubro, organizada em colaboração com o IDEFF, em cerimónia própria, procedeu-se à entrega do prémio «Prof. Sousa Franco.»

De realçar ainda que a Direcção, representada pelo presidente e vice-presidente, foi recebida, em Junho,



A Direcção da CTOC foi recebida em audiência pelo Presidente da República, em Belém

no Palácio de Belém, pelo Presidente da República, tendo sido abordadas questões de interesse capital para a profissão.

Apoio técnico aos membros

A Câmara, desde há muito, tem vindo a desenvolver um grande esforço no sentido de elevar os níveis de qualidade da profissão.

Este objectivo só pode ser atingido com a concepção, produção e distribuição de ferramentas de apoio aos membros.

Desde há muito que se compreendeu a heterogeneidade dos profissionais e a necessidade de se criarem padrões e metas de comportamento que construíssem novos valores, desafios e enquadramentos.

Fomos e somos obreiros de uma das histórias de sucesso do relacionamento entre a Administração Pública e os cidadãos, provando que a mudança é possível com serenidade, segurança e mais-valia para as partes envolvidas.

Esse papel tem sido orientado de forma estratégica para a necessidade de mudança, o que implica uma renovação de atitude perante a profissão e um suporte para novos horizontes.

Nesse âmbito, no domínio do apoio técnico destacam-se:

- **Revista «TOC»** – Distribuição mensal e gratuita a todos os membros com as quotas em dia;
- **CD-ROM (SITOC)** – Distribuição mensal actualizada e gratuita a todos os membros com as quotas em dia;
- **Convenções para evitar a dupla tributação internacional** – Elaboração, tratamento e inclusão na

base de dados do SITOC do manual para procedimento e utilização;

- **Consultório da CTOC** – Foram elaborados 7 939 pareceres técnicos, via «Pasta TOC»; foram atendidos presencialmente 548 membros e, via telefone, 1 380;

- Atenderam-se 16 567 chamadas telefónicas e foram respondidas cerca de 35 mil questões colocadas pelos membros;

- **CD da base de dados do SITOC (versão online)** - Mantivemos a actualização diária;

- **Manuais de preenchimento das declarações modelos 3 de IRS e respectivos anexos, bem como da declaração modelo 22 do IRC e respectiva IES** - Foram disponibilizados no CD da base de dados do SITOC, bem como no *site* da CTOC;

- **Revista «Contabilidade e Gestão»** - Procedemos ao tratamento dos trabalhos, à sua edição e envio gratuito a todos os membros com as quotas em vigor dos dois exemplares publicados neste exercício;

- Realizámos em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas, quinzenalmente, reuniões livres com os profissionais, disponibilizando-lhes técnicos superiores, com vista ao esclarecimento de dúvidas;

- Sempre que solicitado, disponibilizámos a consulta das obras que integram a biblioteca da CTOC;

- Reforçámos o departamento de consultoria com a admissão de três novos técnicos, com vista a disponibilizar aos profissionais, em tempo útil, respostas às dúvidas;

- Elaborámos e distribuímos diariamente, na «Pasta TOC», uma *newsletter* com as novidades mais prementes relacionadas com matérias de interesse, bem como os acórdãos e as circulares.

Para prestar apoio técnico aos seus membros, a Câmara dispõe de 15 técnicos superiores internos e a colaboração de 12 técnicos externos que trabalham com a CTOC na elaboração das respostas às questões colocadas.

No final de 2008, o prazo de resposta da Câmara às questões colocadas pelos membros era de 15 dias, tempo que esperamos reduzir ainda mais no decurso de 2009.

Reuniões livres	
Localidades	Participantes
Angra do Heroísmo	546
Aveiro	2 057
Beja	289
Braga	5 430
Bragança	1 143
Castelo Branco	481
Covilhã	609
Coimbra	1 623
Évora	768
Faro	1 451
Funchal	873
Guarda	1 215
Horta	197
Leiria	4 603
Lisboa	7 191
Ponta Delgada	362
Portalegre	521
Porto	6 238
Santarém	726
Setúbal	1 615
Viana do Castelo	2 393
Vila Real	797
Viséu	2 367
Total	43 495

Apoio social aos membros

Não obstante a CTOC ter uma missão definida e prevista num quadro normativo que é o seu Estatuto, tal facto não deve ser impedimento da actividade da Instituição a favor dos seus membros, no domínio social. A Câmara regula profissionais que podem estar expostos a situações que não dependem da sua vontade, obrigando-os a mudanças profundas nas suas vidas.

A solidariedade, como a concebemos, tem como essência, darmos um pouco de nós. Este remanescente, em instituições como a CTOC, no que à materialidade respeita, atendendo ao elevado número de potenciais utilizadores, tem que ser devidamente pensado, estruturado e sustentado de forma a constituir uma verdadeira ajuda e não uma esmola.

Para além dos princípios e valores subjacentes aos actos filantrópicos, tem que funcionar de forma completamente igualitária e transparente.

O apoio social instituído na CTOC assenta em grandes directrizes, sendo uma de natureza igualitária para todos os membros, que se consubstancia no Fundo de Pensões dos TOC, em que, independentemente da sua situação económica, financeira ou social, têm direito a receber um complemento monetário na idade legal da reforma.

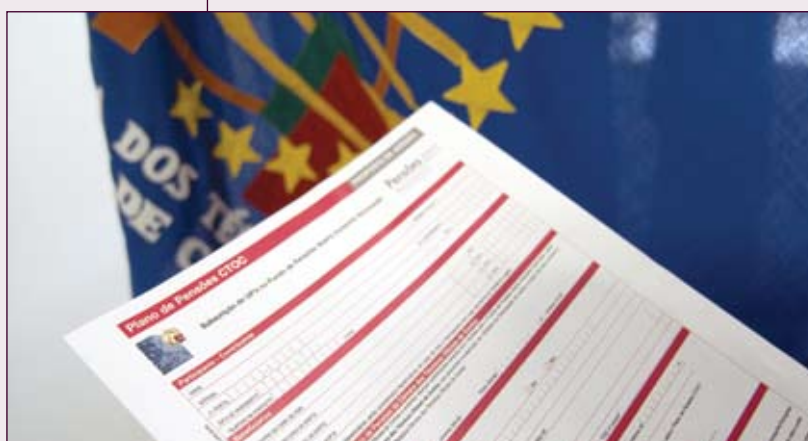
É uma medida intencional que leva o seu tempo a construir, pois carece de avultados montantes financeiros para poder ter um mínimo de expressão junto dos profissionais.

Fundo de pensões - No que respeita ao fundo de pensões e conforme consta do Plano de Actividades e Orçamento para 2008, a CTOC, do excedente da sua gestão, dotaria o fundo de uma verba anual de um milhão de euros.

Para além daquele valor, que corresponde ao esforço financeiro directo emergente das receitas do respectivo ano, a Câmara, também nos termos do que oportunamente foi deliberado e anunciado, consignou a receita do arrendamento da sua antiga sede, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, para o seu fundo de pensões, a que correspondeu o valor anual de 147 600 euros.

São conhecidos os efeitos negativos provocados pela actual crise nos produtos financeiros, com especial relevo para aqueles em que a totalidade ou uma parte significativa do seu valor se encontrava representada por valores mobiliários.

O fundo da Câmara é aberto e de risco médio e, conseqüentemente, exposto à volatilidade do mercado. Face a este cenário, fomos confrontados com o facto de termos um plano aprovado em Assembleia-Geral, que previa a entrega ao fundo, em 2008, de 1 147 600 euros. Ao mesmo tempo, assistíamos a uma queda abrupta dos mercados globais.



As preocupações de natureza social continuam a ser prioridade da estratégia da Câmara

Em consequência do compromisso de cumprimento esmeroso do plano de actividades aprovado pela AG, a Direcção deliberou suspender as entregas ao fundo de pensões, depositando-as em contas de depósito a prazo. Assim que os mercados financeiros estabilizem, ou que a Direcção entenda oportuno, os montantes serão transferidos para o fundo.

O valor total dos depósitos a prazo somava, no final do ano, 852 643 euros.

Fundo de Solidariedade Social - Uma outra vertente do plano de apoio social visa encontrar soluções para infortúnios, normalmente provenientes de factos ou situações de natureza accidental.

Para o efeito, a Câmara reforçou anualmente o Fundo de Solidariedade Social com a verba necessária até ao limite de 250 mil euros.

Através deste fundo garantimos aos membros, na ausência de outras fontes de rendimento, soluções de curto prazo, como apoios pontuais, um complemento de reforma, no sentido de garantir um rendimento mínimo igual à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), procurando, por essa via, garantir aos TOC um mínimo de dignidade.

Em 2008, a Câmara, através deste fundo, financiou os membros no valor global de 9 397,73 euros, tendo dele beneficiado cinco profissionais.

Seguro de responsabilidade civil - A terceira e última vertente que sustenta o plano de apoio social aos Técnicos Oficiais de Contas baseia-se na preocupação de minimizar as eventuais responsabilidades profissionais dos membros e, ao mesmo tempo, encontrar soluções de acolhimento para a fase de inactividade profissional.

É dentro deste espírito que a CTOC tem vindo a oferecer a todos os seus membros, com as quotas em dia, um seguro de responsabilidade civil, até ao limite de 50 mil euros, de forma a que os profissionais transfiram para as seguradoras, a responsabilidade emergente do exercício da sua actividade.

Em 2008, o seguro de responsabilidade civil custou à CTOC, 643 262,70 euros.

Dentro da mesma lógica, e no sentido de garantir aos TOC um mínimo de apoio no tratamento dos problemas de saúde, a Câmara oferece, a quem tenha as quotas em dia, um seguro de saúde que cobre todas as despesas hospitalares de internamento e intervenção cirúrgica e ambulatório, até ao limite de 50 mil euros. No ano passado, a CTOC despendeu 867 295,86 euros para este seguro.

Em qualquer dos casos, é sempre devida, pelo membro, uma franquia de 10 por cento do valor suportado pelo seguro.

«Casa do TOC» - Outra das nossas preocupações no âmbito do apoio social prende-se com a reforma.

Nesta fase, em que se alteram muitas das rotinas, é necessário encontrar alternativas com interesse e capazes de envolver os membros, no sentido de substituir, de forma eficaz, as práticas laborais entretanto abandonadas. A «Casa do TOC», complementada com um espaço de acolhimento e apoio à terceira idade, cumprirá de forma eficaz aquele objectivo. Naturalmente que a concepção passa por disponibilizar espaços de entretenimento e outras actividades associadas.

Trata-se de um espaço polivalente onde os profissionais se podem relacionar entre si.

Evidentemente que um projecto com as características descritas, pela sua dimensão e pelo custo financeiro que representa, não é possível ser concretizado de um dia para outro.

Nos últimos três anos temos vindo a consignar uma dotação anual para este projecto no valor de 500 mil euros, pelo que se encontra já aplicado numa conta a prazo um milhão de euros.

Ainda em 2008, surgiram algumas alternativas para este projecto. Como a sua localização estava distante de Lisboa, a Direcção decidiu não avançar para a aquisição dos terrenos.

Comunicação

Numa Instituição com a dimensão da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a informação é fundamental.

Desde há muito que entendemos que as alterações a introduzir na nossa actividade estarão facilitadas se todos ou, pelo menos, a grande maioria estiver imbuída do mesmo espírito de acção e objectivos perseguidos pela profissão.

Esses foram factores fundamentais na concepção e implementação do SITOC, que compreende as Revistas «TOC» e «Contabilidade e Gestão», a «Pasta TOC», o CD da base de dados, o *site* da CTOC e o fórum.

Embora dele fazendo parte, ainda não se encontra realizado o projecto «Web TV», o que pensamos concluir em 2009.

Quando comparada com outras instituições congéneres, a CTOC tem um dos sistemas de comunicação mais completos usados no associativismo público.

No cumprimento da missão de informar, a Revista «TOC» manteve a mesma estrutura desde a sua fundação. É constituída por três partes, sendo uma de índole geral consubstanciada na entrevista de fundo. A segunda parte diz respeito ao noticiário associativo, sendo que a última parcela abrange diversos artigos de natureza técnica e as respostas do consultório a questões colocadas por membros.

Esta revista é editada mensalmente e distribuída a título gratuito aos membros da CTOC cujas quotas se encontrem em dia.

Com a revista, a Câmara distribui, também mensal e gratuitamente, um CD-ROM, o qual contém uma base de dados com relevância fiscal e uma ordenação das matérias de interesse profissional, de forma a fornecer aos TOC uma leitura integrada das diversas matérias.

Embora com outro objectivo, por isso de índole especificamente científica, a CTOC também edita, semestralmente, a revista científica «Contabilidade e Gestão», distribuída gratuitamente aos membros com as quotas em dia.

Outro veículo de comunicação que pela facilidade tecnológica da sua utilização se tem vindo a consolidar junto dos profissionais é a «Pasta TOC». Esta ferramenta possibilita aos membros o acompanhamento das questões colocadas.

Em 2008, foram recebidas e respondidas 22 462 questões.

Outro dos meios de comunicação que tem sido usado prende-se com as informações prestadas pelos Órgãos da CTOC, com especial relevo para a Direcção, na abertura e no encerramento das acções



A CTOC foi a anfitriã do encontro da «família» do CILEA, em Portugal

de formação eventual realizadas pela Câmara, nos diversos distritos do país.

A Câmara, através da sua página na Internet e do uso dos mais modernos meios electrónicos de comunicação, tem procurado fazer chegar a todos os seus membros a informação útil e necessária para um melhor relacionamento entre os TOC e a sua Instituição.

Relações internacionais

No âmbito das relações internacionais, a Câmara tem vindo a desenvolver e a estreitar laços de cooperação através dos organismos em que se encontra inscrita, participando em diversos eventos internacionais.

Neste domínio, em 2008, realizou, em colaboração com o CILEA, em Santa Maria da Feira, uma conferência subordinada ao tema «As pequenas e médias empresas como factor de desenvolvimento.»

Estiveram presentes profissionais da Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Roménia, Itália, França, Espanha e Portugal.

Ainda no âmbito do CILEA, a Câmara esteve representada em iniciativas realizadas na Colômbia e Brasil e, recorde-se, ocupa uma das cinco vice-presidências daquele organismo.

No âmbito da EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SME*), a Câmara participou nas conferências anuais de Copenhaga, na Dinamarca, e de Viena, na Áustria.

Nesta organização, a CTOC participa nos grupos de trabalho especializados em formação e assuntos técnicos.

Marcou ainda presença, em Copenhaga, no congresso anual da FEE (*Fédération des Experts Comptables Européens*).

Colaborou com o Conselho Galego dos Economistas Espanhóis na realização do I Congresso de Economia da Euro-Região Galiza/Norte de Portugal, em Vigo, tendo nele participado cerca de 250 Técnicos Oficiais de Contas.

Estreitou, de forma significativa, as relações com os contabilistas brasileiros, através do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Participou activamente em diversos acontecimentos promovidos pelo CFC ou pelos seus Conselhos Regionais de Contabilidade. Exemplos disso, foram o XVIII Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Gramado, no Rio Grande do Sul, Congresso da Contabilidade Pública, em Brasília, Congresso do Conselho Regional do Ceará, em Fortaleza. A Câmara efectuou uma parceria com o CFC com vista à transferência de conhecimentos para os países de língua oficial

portuguesa, com especial relevo para Angola e Moçambique.

Em 2008, após visita do presidente do IFAC (*International Federation of Accountants*), à sede da nossa Instituição, a CTOC procedeu ao pedido de inscrição na maior organização de profissionais da Contabilidade, o que espera venha a confirmar-se na Assembleia-Geral do IFAC, a realizar no próximo mês de Novembro.

Comissões eventuais e permanentes

As comissões constituídas na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, dependendo da natureza da sua prestação, podem ter um carácter permanente ou eventual.

No final de 2008, a Câmara tinha em funcionamento quatro comissões com carácter permanente: Comissão para a Contabilidade Pública, Júri de Exame de Admissão à CTOC, Comissão de História da Contabilidade e Comissão do Controle da Qualidade.

No desempenho das funções para que foram criadas, estas comissões, em colaboração directa com a Direcção e com outros Órgãos, desenvolveram as seguintes acções:

Comissão Permanente para a Contabilidade Pública

- Tem como missão dinamizar junto do Governo, poder local e associativismo, a implementação da Contabilidade Pública no funcionamento da Administração Pública e administração autárquica.

Tem realizado diversas reuniões com essas instituições e colaborado na elaboração do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que desde o seu início tem vindo a ser apoiado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Emitiu parecer sobre o novo plano de contas a aplicar nas autarquias, de que se aguarda publicação, perspectivando-se a obrigatoriedade do TOC na assunção da responsabilidade pela Contabilidade dessas entidades.

Tem ordenado e orientado a inclusão de temas da Contabilidade Pública no plano de formação da Câmara, procurando sensibilizar e preparar os TOC para a especificidade destas matérias.

A comissão é constituída por João Carvalho, Domingos Cravo e Avelino Antão.

Júri de Exame de Admissão à CTOC - Em bom rigor, observadas as funções desempenhadas por este júri, a classificação como comissão permanente não seria a mais indicada. Mas, face à continuidade das suas funções, entendemos útil a sua integração neste capítulo.

Tem por missão conceber a estrutura e a matriz para a realização e avaliação do exame para inscrição na Câmara.

Procedeu-se a uma alteração da matriz de exame no sentido de adaptar às preocupações profissionais e, conseqüentemente, avaliar a capacidade dos candidatos de aplicarem na prática os conhecimentos adquiridos durante a formação académica. O exame passou a assentar em casos concretos da vida das empresas.

Em 2008, realizaram-se três exames: Março, Junho e Novembro. Concorreram 2 586 candidatos, tendo sido aprovados 923 (36 por cento).

Comissão de História da Contabilidade - Tem como missão gerir todo o processo relacionado com a História da Contabilidade no âmbito da Câmara. Com vista a incentivar o estudo e a investigação nesta área cada vez mais importante na Contabilidade,



Os membros que anualmente são admitidos na CTOC representam sangue novo na profissão

esta Comissão realizou, no ano passado, as seguintes acções:

- Concebeu e desenvolveu o sistema de funcionamento dos membros-associados e investigadores na área da História da Contabilidade;
- Organizou, em Lisboa e Porto, em cooperação com a Direcção, o I Encontro de História da Contabilidade, tendo os seus três membros apresentado comunicações. A sessão de abertura contou com a presença de Jorge Tua Pereda (Espanha) e a sessão de encerramento com António Lopes de Sá (Brasil), tendo ambos efectuado intervenções sobre História da Contabilidade;
- Sugeriu à Direcção a assinatura de um protocolo de colaboração com a AECA, no âmbito da História da Contabilidade ou de outros julgados oportunos. Esta comissão é constituída por três personalidades com fortes ligações à área da História da Contabilidade: Lúcia Lima Rodrigues, Leonor Fernandes Ferreira e Joaquim Cunha Guimarães;
- Desenvolveu as informações necessárias para inclusão no menu «História da Contabilidade» do sítio da CTOC;
- Representação em congressos internacionais;
- Os seus membros elaboraram artigos de História da Contabilidade publicados em revistas nacionais e internacionais.

Comissão do Controle da Qualidade – Como previsto no regulamento, tem como missão proceder à gestão do controle da qualidade. A entrada em vigor do Regulamento de Atribuição de Créditos, no âmbito do Controle da Qualidade, criou uma nova realidade no que respeita ao enquadramento das situações de dispensa, por efeito da aquisição de títulos académicos ou da frequência de formação proporcionada pelas instituições do ensino superior. Perante esta nova realidade e a necessidade da existência de uma única linha orientadora, no que respeita ao reconhecimento das situações ou acreditação das entidades concorrentes, a Direcção chamou a si este processo.

A Comissão do Controle da Qualidade ficou, assim, responsável pela execução das acções de controle, nomeadamente a selecção dos controladores, a elaboração do manual de controle, a concepção da estrutura e forma de execução do controle presencial aos membros. Em 2008, a Comissão do Controle da Qualidade executou as seguintes acções:

- Procedeu à selecção dos controladores de qualidade que desempenham as suas funções em todo o território nacional;
- Procedeu ao controle da qualidade de todos os controladores seleccionados;
- Concebeu e acompanhou a execução do programa informático para o controle da qualidade;

- Procedeu, nos termos previstos no Regulamento do Controle da Qualidade, à definição dos critérios de selecção dos membros da Câmara que, em 2009, serão objecto do controle;
- Procedeu ao sorteio público dos membros que serão visitados pelos controladores;
- Realizou 19 acções de controle da qualidade, tendo remetido à Direcção os respectivos relatórios com o parecer da Comissão, conforme estabelecido em regulamento. A Comissão do Controle da Qualidade é constituída por cinco elementos: António Lopes Pereira, Pedro Caeiro, Carlos Grenha, Veiga Pereira e Jaime Soares dos Santos, este em representação da Direcção.

Actividade dos Órgãos

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, um dos objectos de análise da Assembleia-Geral é o Relatório e Contas da Direcção. Como não existem Relatórios e Contas autónomos dos diversos Órgãos, este facto confere à Direcção a responsabilidade de relato da vida da Instituição, nada impedindo a descrição das actividades mais destacadas de cada um.

A determinação da relevância é um exercício arriscado, pois constitui um juízo de valor sobre factos que, apesar de inseridos na actividade da Instituição, não foram vividos na sua plenitude pelo relator.

De qualquer modo, sempre é preferível correr o risco de avaliar à distância e transmitir o juízo que se formula, do que, pura e simplesmente, ignorar o esforço feito pelos Órgãos no cumprimento das funções definidas estatutariamente.

Os Órgãos da CTOC desenvolveram a seguinte actividade:

Assembleia-Geral - Reuniu no Porto e em Setúbal, nos termos estatutários, em Março e Dezembro, para discussão e votação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal e discussão e votação do plano de actividades e orçamento para 2009, respectivamente.

A Mesa da Assembleia-Geral reuniu diversas vezes para acompanhar assuntos de natureza institucional.

Comissão de Inscrição - Tem como principal missão proceder à inscrição dos candidatos a Técnicos Oficiais de Contas, verificados os pressupostos legais.

As funções deste órgão encontram-se definidas no artigo 39.º do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Uma das que maior impacto tem no futuro da profissão, prende-se com a estrutura curricular da formação académica dos candidatos a Técnico Oficial de Contas.

A Câmara tem em vigor uma matriz curricular, definida há já alguns anos e adoptada em 2003, que tem servido de base no período de transição para o Processo de Bolonha, obrigatório a partir do ano lectivo 2010/2011. Não faz, por isso, sentido, manter em vigor um mecanismo desfasado da nossa realidade académica. Assim, e por efeito da adopção em Portugal do Processo de Bolonha ao ensino superior, a Comissão de Inscrição definiu a estrutura curricular que, a partir do ano lectivo de 2010/2011, terá que ser observada pelos candidatos a Técnico Oficial de Contas. Apresenta-se a evolução, desde 2005, das inscrições e cancelamentos:

Tipo	2005	2006	2007	2008
Inscrições	2 123	796	866	923
Cancelamentos	849	1 267	1 411	1 222
Óbitos	137	155	166	159
Variação	1 137	- 626	- 711	- 458

Atendendo à evolução das diferentes questões relacionados com este tema, a Comissão de Inscrição propôs à Direcção as seguintes alterações nas regras:

- A necessidade de simplificação dos critérios de reconhecimento dos cursos que dão acesso à profissão;
- A harmonização do tempo de estágio em todas as formas previstas;
- A realização de uma única prova de exame contendo as quatro matérias que constam actualmente das provas de aferição;
- A readaptação dos regulamentos aplicáveis às novas alterações sugeridas.

Conselho Disciplinar - É composto por três elementos e desempenha as funções que lhe estão conferidas pelo artigo 41.º do Estatuto da CTOC, competindo-lhe a gestão de todo o enquadramento disciplinar dos Técnicos Oficiais de Contas.

Em 2008, este órgão reuniu em 51 sessões plenárias, com uma duração média de quatro horas, o que totalizou 208 horas.

Deliberou sobre 2 119 participações, sendo 1 449 relacionadas com quotas em atraso. Daquele total, 1 489 deram lugar à instauração de processos disciplinares, 312 processos de inquérito, 108 para apensar a processos já instaurados e 125 foram arquivadas, encontrando-se em curso o remanescente.

Analizou 1 205 despachos de acusação, aprovou 2 112 relatórios com propostas de arquivamento, 157 com proposta de convocação de processo de inquérito em disciplinar e 760 relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar.

Foram elaborados e expedidos 8 726 ofícios de instrução e foram inquiridas 98 testemunhas.

Dos 760 relatórios com propostas para aplicação de penas disciplinares, 344 foram penas de advertência,

400 penas de multa, duas penas de suspensão compulsiva da inscrição e 14 aguardam ainda deliberação.

Das participações efectuadas, cerca de 26 por cento tiveram aplicação de pena e cerca de 74 por cento foram arquivadas.

Das penas aplicadas, 62 requereram a revisão dos acórdãos, tendo 28 sido indeferidos. Por seu turno, 29 foram deferidos e cinco aguardam cumprimento condicional.

Para além dos ofícios de instrução já mencionados, o Conselho Disciplinar emitiu ainda 9 356 comunicações. No total, foram expedidos 18 082 documentos. A correspondência recebida e enviada pelo Conselho Disciplinar cifrou-se em 15 747 e 18 646, respectivamente.

Conselho Técnico - É composto por cinco elementos e tem as funções que lhe estão consignadas no artigo 44.º do Estatuto da CTOC, ou seja, a gestão das questões de índole técnica relacionadas com a profissão.

A definição de toda a formação ministrada pela CTOC bem como o seu enquadramento na estratégia global da Instituição é da responsabilidade do Conselho Técnico que, atendendo às implicações financeiras, concerta sempre a sua actividade com a Direcção.

Assim, concebe, elabora e, após a aprovação pela Direcção, executa o plano de formação da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Em representação do presidente da Direcção, personalidade que nos termos do Estatuto tem legitimidade representativa institucional, este Órgão tem desempenhado funções no Conselho Geral e Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística.

O Conselho Técnico integrou as seguintes comissões:

- Comissão para a Contabilidade Pública;
- Júri de Exame da CTOC;
- Comissão do Controle da Qualidade;
- Comissão para a elaboração do Plano de Contas para as Associações de Bombeiros;
- Comissão de apreciação do projecto do SNC;
- Comissão para a formação à distância;
- Revista científica da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;

• Comissão para a implementação do XBRL;

Realizou os seguintes trabalhos:

- Proposta de Regulamento da Formação da CTOC;
- Proposta de Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas;
- Propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2009;



Participou nos seguintes eventos:

- Sessões de esclarecimento sobre ferramentas informáticas, ensino à distância, SAF-T e CD da CTOC;
- Conferência sobre as NIC, realizada em Lisboa;
- Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, 4.ª edição;
- Apresentação de livros técnicos de interesse para a profissão;
- I Encontro de História da Contabilidade;
- Conferência Internacional CTOC/IDEFF;
- Apresentação do SNC;
- XVII Seminário Internacional do CILEA;
- IX Prolatino;
- Os desafios da profissão;
- XVIII Congresso Brasileiro de Contabilidade;
- I Congresso de Economia da Euro Região Galiza/Norte de Portugal;
- IV Congresso europeu da FEE.

Estrutura funcional da CTOC

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas é a maior associação pública de regulação profissional, tendo desenvolvido um sistema de apoio aos seus membros inovador.

Esse apoio, conforme já referido, pode revestir-se de diversas formas de cariz técnico, formativo, informativo e social.

Observadas as diversas vertentes de actuação da Câmara, para a manutenção do regular funcionamento da Instituição, é necessária a existência de uma estrutura articulada e vocacionada para apoiar os membros.

Este modelo assenta, sobretudo, em dois grandes pilares: deliberação e execução.

Contrariamente ao que é hábito em estruturas congêneres, a vertente deliberativa é suportada pelos Órgãos dirigentes, por isso completamente independente do funcionamento, embora dele tenha um conhecimento muito profundo.

A estrutura funcional encontra-se dividida em departamentos ou serviços:

- Departamento de Apoio aos Órgãos, com 26 colaboradores;
- Departamento de Comunicação e Imagem, com 6 colaboradores;
- Departamento de Consultoria, com 18 colaboradores;
- Departamento do Funcionamento, com 9 colaboradores;
- Departamento de Informática, com 6 colaboradores;
- Departamento Jurídico, com 26 colaboradores;
- Serviço de Contabilidade, com 3 colaboradores;
- Serviço de Correspondência, com 3 colaboradores;

- Serviço de Tesouraria, com 5 colaboradores.

O Departamento de Apoio aos Órgãos presta apoio aos Órgãos e realiza todas as acções necessárias para garantir a funcionalidade das representações permanentes.

Apoia e executa as tarefas administrativas relacionadas com as funções dos directores.

O Departamento de Comunicação e Imagem tem como missão gerir todos os processos inerentes à imagem da Câmara, bem como a actualização, manutenção e edição do CD, *site* e revistas da CTOC, ou quaisquer outros documentos relacionados com a comunicação e imagem da Instituição.

O Departamento de Consultoria tem como função responder aos membros sobre as questões técnicas ou, no caso de elevada complexidade, encaminhar as perguntas para os consultores externos que colaboram com a Câmara.

O Departamento de Funcionamento tem sob a sua responsabilidade proceder ao apoio logístico à realização dos eventos da CTOC, às reuniões livres (em Lisboa) e a formação eventual a nível nacional. Funciona também como uma espécie de secretaria-geral, recebendo e processando os registos e acções necessárias para a satisfação das necessidades dos membros.

O Departamento de Informática tem como função gerir as bases de dados, assegurar a respectiva manutenção e proceder ao desenvolvimento e adaptação das ferramentas informáticas utilizadas de acordo com as necessidades da Instituição, bem como a manutenção do *site*, dos *call center*, prestar suporte técnico à formação à distância e apoio interno aos membros no âmbito da «Pasta TOC».

O Departamento Jurídico realiza todos os trabalhos de inquirição prévia quanto ao procedimento disciplinar, o apoio efectivo ao funcionamento do Conselho Disciplinar, a elaboração de respostas de índole de direito ou deontológicas colocadas pelos membros e, sendo caso disso, o patrocínio jurídico da CTOC junto dos tribunais.

O Serviço de Contabilidade tem a seu cargo a elaboração da contabilidade da Câmara, processamento e pagamento de remunerações, bem como outras questões relacionadas com o pessoal.

O Serviço de Tesouraria tem a seu cargo toda a movimentação financeira da Câmara. Emite recibos, efectua pagamentos e recebe valores.

O Serviço de Correspondência procede ao registo de toda a correspondência recebida na Câmara, independentemente do meio da sua recepção.

Os serviços ou departamentos, para além dos respectivos chefes e cadeia interna hierárquica, têm um director como responsável directo pelo seu funcionamento.



Análise da situação económica e financeira

Análise económica

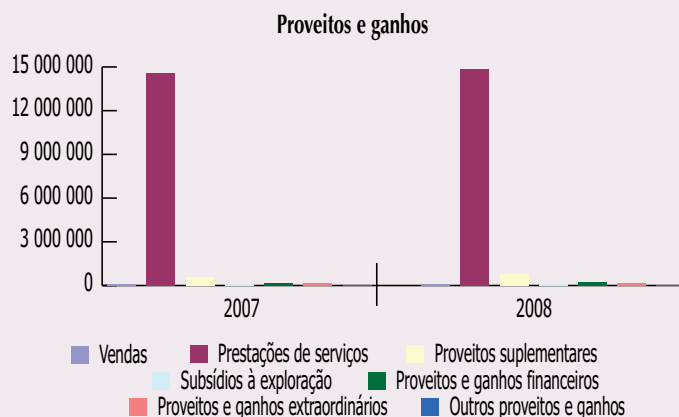
As contas do exercício confirmam o conteúdo do terceiro parágrafo do texto de introdução ao Plano de Actividades e Orçamento para 2008: «Da leitura das disposições estatutárias depreende-se um sentido de continuidade, privilegiando as formas ou políticas de gestão a introduzir pelos órgãos emergentes do acto eleitoral.»

De facto, merece especial atenção a proximidade entre o orçamentado e o realizado. Nos proveitos e ganhos temos um desvio de 0,1 e 1,4 por cento no respeitante aos custos e perdas. Na análise comparativa com o exercício de 2007, constata-se um aumento de proveitos de 3 por cento e de custos de 2,4 por cento.

De acordo com as demonstrações financeiras, verifica-se que o resultado líquido do exercício é de 1 066 180,17 euros, o que, tendo em conta o valor de 959 134,28 euros do ano transacto, corresponde a um acréscimo de resultados no valor de 107 045,89 euros.

Em termos de estrutura de «Proveitos e ganhos» e «Custos e perdas», apresenta a composição seguinte:

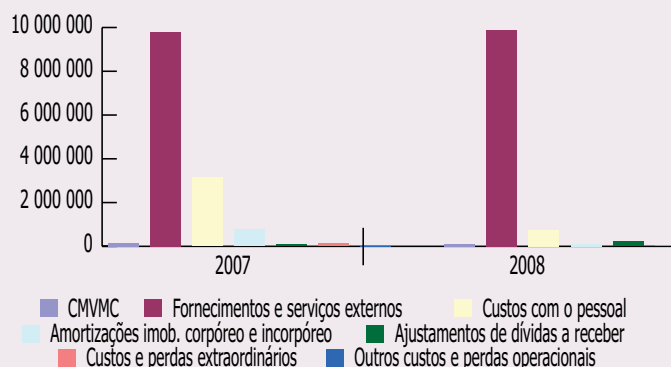
Proveitos e ganhos					
	2007	2008	Varição	% Proveitos	2008/07
Vendas	129 453,93	83 709,79	-45 744,14	0,5%	-35,3%
Prestações de serviços	14 608 136,75	14 864 157,00	256 020,25	91,7%	1,8%
Proveitos suplementares	598 438,24	787 251,59	188 813,35	4,9%	31,6%
Subsídios à exploração	82 343,16	98 868,64	16 525,48	0,6%	20,1%
Outros proveitos e ganhos	745,00	580,00	-165,00	0,0%	-22,1%
Proveitos e ganhos financeiros	167 549,14	211 121,68	43 572,54	1,3%	26,0%
Proveitos e ganhos extraordinários	157 683,49	169 207,77	11 524,28	1,0%	7,3%
Total	15 744 349,71	16 214 896,47	470 546,76	100%	3,0%



Custos e perdas					
	2007	2008	Varição	% custos	2008/07
CMVMC	161 169,50	97 966,70	-63 202,80	0,6%	-39,2%
Fornecimentos e serviços externos	9 800 324,54	9 899 721,65	99 397,11	65,4%	1,0%
Impostos	79 854,07	40 790,56	-39 063,51	0,3%	-48,9%
Custos com o pessoal	3 144 245,47	3 408 968,06	264 722,59	22,5%	8,4%
Outros custos e perdas operacionais	9 598,84	33 521,10	23 922,26	0,2%	249,2%
Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	763 896,52	740 876,20	-23 020,32	4,9%	-3,0%
Ajustamentos de dívidas a receber	82 241,60	95 299,11	13 057,51	0,6%	15,9%
Custos e perdas financeiros	609 042,42	597 335,93	-11 706,49	3,9%	-1,9%
Custos e perdas extraordinários	131 931,03	217 973,52	86 042,49	1,4%	65,2%
Total	14 782 303,99	15 132 452,83	350 148,84	100%	2,4%



Custos e perdas



Análise financeira

Da análise do balanço, podemos concluir que a nossa Instituição tem vindo a reforçar a sua autonomia financeira, apresentando, a 31 de Dezembro de 2008, um rácio de 50,35 por cento superior ao exercício anterior em mais de três pontos percentuais.

No final do ano, houve a preocupação de dar cumprimento aos compromissos sociais assumidos e constantes do ponto 3.6 do Plano de Actividades e Orçamento para 2009, constituindo-se depósitos bancários no valor de 2 102 643 euros e afectos ao fundo de pensões (852 643 euros), «Casa do TOC» (um milhão de euros) e fundo social (250 mil euros).

O débito a fornecedores ascende a 491 431,01 euros e corresponde a uma redução significativa face à mesma rubrica do ano anterior que se cifrou em 1 116 354,64 euros.

Outro rácio revelador da boa situação financeira da nossa Instituição é o da liquidez geral que é de 3.25, enquanto no ano anterior era de 1.52.

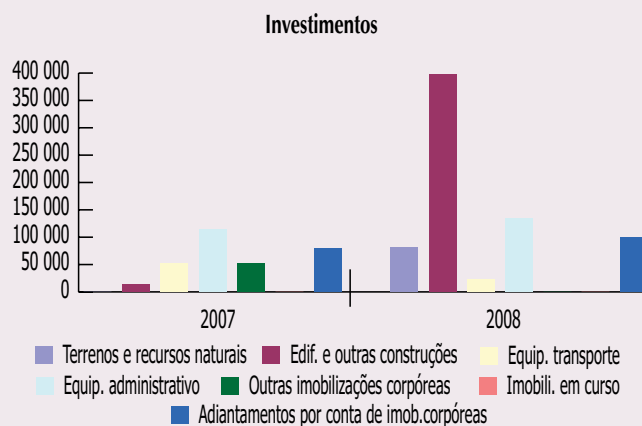
Investimentos

Em 2008, os investimentos realizados totalizaram 735 574,35 euros. Parte substancial deste valor, 577 507,82 euros, foi aplicada na aquisição das instalações onde funciona a nossa representação da Madeira e no sinal para a aquisição da nossa representação em Vila Real, cuja escritura deverá ocorrer em breve.

O investimento em equipamento de transporte corresponde à aquisição de uma nova viatura no valor de 23 mil euros.

Finalmente, foram adquiridos equipamentos administrativos, nomeadamente equipamentos e programas informáticos, no valor de 135 066,53 euros.

Investimentos		
	2007	2008
Terrenos e recursos naturais	0,00	80 619,64
Edifícios e outras construções	13 780,12	396 888,18
Equipamento de transporte	53 000,00	23 000,00
Equipamento administrativo	114 001,42	135 066,53
Outras imobilizações corpóreas	52 464,33	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	80 000,00	100 000,00
Total	313 245,87	735 574,35



Demonstrações financeiras: balanço - activo

Balanço em 31 de Dezembro de 2008		(valores em euros)			
CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2008			2007
		AB	AA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
433	Propriedade industrial e outros direitos	1 450,26	1 450,26		
		1 450,26	1 450,26		
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	2 870 065,87	0,00	2 870 065,87	2 789 446,23
422	Edifícios e outras construções	11 808 724,62	1 172 638,96	10 636 085,66	10 470 741,60
424	Equipamento de transporte	176 109,73	89 620,16	86 489,57	99 971,72
425	Ferramentas e utensílios	4 029,96	4 029,96		
426	Equipamento administrativo	3 055 963,33	2 327 178,39	728 784,94	1 060 422,95
429	Outras imobilizações corpóreas	223 862,47	20 556,66	203 305,81	209 656,20
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	180 000,00	0,00	180 000,00	80 000,00
		18 318 755,98	3 614 024,13	14 704 731,85	14 710 238,70
	Investimentos financeiros:				
414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	2 532 864,46	93 274,25	2 439 590,21	2 479 564,90
		2 532 864,46	93 274,25	2 439 590,21	2 479 564,90
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	49 511,23		49 511,23	20 570,95
32	Mercadorias	78,54		78,54	6 849,64
		49 589,77	0,00	49 589,77	27 420,59
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
24	Estado e outros entes públicos				93,19
255	Membros	3 129 918,00	898 469,35	2 231 448,65	2 405 889,70
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	5 680,80		5 680,80	
26+221	Outros devedores	149 806,42		149 806,42	140 712,54
		3 285 405,22	898 469,35	2 386 935,87	2 546 695,43
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos bancários	2 423 678,28		2 423 678,28	1 718 190,77
11	Caixa	14 467,00		14 467,00	12 393,63
		2 438 145,28		2 438 145,28	1 730 584,40
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	66 266,13		66 266,13	51 671,07
272	Custos diferidos	194 470,23		194 470,23	217 226,92
		260 736,36		260 736,36	268 897,99
	Total de amortizações		3 708 748,64		
	Total de ajustamentos		898 469,35		
	Total do activo	26 886 947,33	4 607 217,99	22 279 729,34	21 763 402,01

Balço - fundo social e passivo		(valores em euros)	
CONTAS	Fundo social e passivo	EXERCICIOS	
		2008	2007
	FUNDO SOCIAL:		
51	Fundo social	9 911 666,63	9 109 459,03
576	Reservas de fundo social	240 602,27	93 073,32
	Subtotal	10 152 268,90	9 202 532,35
88	Resultado líquido do exercício	1 066 180,17	959 134,28
	Total do fundo social	11 218 449,07	10 161 666,63
	PASSIVO:		
	Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	7 304 946,47	7 825 253,15
2613	Fornecedores de imobilizado	7 304 946,47	7 825 253,15
	Dívidas a terceiros – curto prazo:		
12+231	Dívidas a instituições de crédito		489 332,21
221	Fornecedores c/c	491 431,01	1 116 354,64
2611+2613	Fornecedores de imobilizado c/c	556 199,78	633 066,28
24	Estado e outros entes públicos	157 827,90	171 430,77
26	Outros credores	293 613,62	415 888,41
		1 499 072,31	2 826 072,31
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1 628 729,86	631 316,59
274	Proveitos diferidos	628 531,63	319 093,33
		2 257 261,49	950 409,92
	Total do passivo	11 061 280,27	11 601 735,38
	Total do fundo social e do passivo	22 279 729,34	21 763 402,01

Demonstração dos resultados (por naturezas)		(valores em euros)			
CONTAS	Rubricas	EXERCICIOS			
		2008		2007	
61	Custos e perdas				
	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	44 365,28		107 797,85	
	Matérias	53 601,42	97 966,70	53 371,65	161 169,50
62	Fornecimentos e serviços externos		9 899 721,65		9 800 324,54
	Custos com o pessoal:				
641/2	Remunerações	2 770 177,61		2 559 695,29	
	Encargos sociais:				
645/6/8	Outros	638 790,45	3 408 968,06	584 550,18	3 144 245,47
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	740 876,20		763 896,52	
666	Ajustamentos	95 299,11	836 175,31	82 241,60	846 138,12
63	Impostos	40 790,56		79 854,07	
65	Outros custos e perdas operacionais	33 521,10	74 311,66	9 598,84	89 452,91
	(A).....		14 317 143,38		14 041 330,54
683+684	Amortizações e provisões de aplic. e invest. financeiros	39 974,69		39 974,67	
681+685+688	Juros e custos similares:				
	Outros	557 361,24	597 335,93	569 067,75	609 042,42
	(C).....		14 914 479,31		14 650 372,96
69	Custos e perdas extraordinários		217 973,52		131 931,03
	(E).....		15 132 452,83		14 782 303,99

Demonstração dos resultados (por naturezas)		(valores em euros)			
CONTAS	Rubricas	EXERCÍCIOS			
		2008		2007	
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		16 263,47		2 911,44
	(G).....		15 148 716,30		14 785 215,43
88	Resultado líquido do exercício		1 066 180,17		959 134,28
			16 214 896,47		15 744 349,71
71	Proveitos e ganhos				
	Vendas:				
	Mercadorias	83 709,79		129 453,93	
72	Prestações de serviços	14 864 157,00	14 947 866,79	14 608 136,75	14 737 590,68
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares	787 251,59		598 438,24	
74	Subsídios à exploração	98 868,64		82 343,16	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	580,00	886 700,23	745,00	681 526,40
	(B).....		15 834 567,02		15 419 117,08
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
7812+783	Rendimentos títulos negociáveis e de out. aplic. financeiras:				
	Outros	147 600,00		144 000,00	
7811+785+786	Outros juros e proveitos similares:				
	Outros	63 521,68	211 121,68	23 549,14	167 549,14
	(D).....		16 045 688,70		15 586 666,22
79	Proveitos e ganhos extraordinários		169 207,77		157 683,49
	(F).....		16 214 896,47		15 744 349,71
RESUMO:					
Resultados operacionais: (B)-(A)=			1 517 423,64		1 377 786,54
Resultados financeiros: (D)-(C-A)=			- 386 214,25		- 441 493,28
Resultados correntes: (D)-(C)=			1 131 209,39		936 293,26
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=			1 082 443,64		962 045,72
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=			1 066 180,17		959 134,28

Demonstração dos resultados por funções		(valores em euros)	
Rubricas		Exercícios	
		2008	2007
Vendas e prestações de serviços		14 947 866,79	14 737 590,68
Custo das vendas e das prestações de serviços		-6 388 983,01	-5 673 502,16
Resultados brutos		8 558 883,78	9 064 088,52
Outros proveitos e ganhos operacionais		1 119 429,68	862 759,03
Custos de distribuição		-308 467,53	-737 425,81
Custos administrativos		-5 342 675,67	-5 061 454,68
Outros custos e perdas operacionais		-2 714 936,91	-2 919 376,73
Resultados operacionais		1 312 233,35	1 208 590,33
Custo líquido de financiamento		-377 389,71	-390 544,61
Ganhos em investimentos financeiros		147 600,00	144 000,00
Resultados correntes		1 082 443,64	962 045,72
Impostos sobre os resultados correntes		-16 263,47	-2 911,44
Resultados correntes após impostos		1 066 180,17	959 134,28
Resultado líquido do exercício		1 066 180,17	959 134,28



Demonstração dos fluxos de caixa		(valores em euros)	
	2008	2007	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de membros	16 933 289,34	16 476 215,90	
Pagamentos a fornecedores	-11 279 803,84	-10 768 177,80	
Pagamentos ao pessoal	-3 261 494,88	-2 997 740,48	
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	2 391 990,62	2 710 297,62	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	177 947,91	72 670,69	
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	2 569 938,53	2 782 968,31	
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	2 569 938,53	2 782 968,31	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Investimentos financeiros	160 588,80	144 300,00	
Imobilizações corpóreas	3 500,00	282 500,00	
Juros e proveitos similares	49 174,52	9 950,55	
Subtotal	213 263,32	436 750,55	
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Imobilizações corpóreas	-696 855,63	-243 765,54	
Subtotal	-696 855,63	-243 765,54	
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	-483 592,31	192 985,01	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos obtidos	700 000,00	489 332,21	
Subtotal	700 000,00	489 332,21	
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos obtidos	-1 189 332,21	-1 000 000,00	
Amortização de contratos de locação financeira	-484 646,65	-476 209,17	
Juros e custos similares	-404 806,48	-390 544,61	
Subtotal	-2 078 785,34	-1 866 753,78	
<i>Fluxos de actividades de financiamento (3)</i>	-1 378 785,34	-1 377 421,57	
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	707 560,88	1 598 531,75	
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 730 584,40	132 052,65	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 438 145,28	1 730 584,40	

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

As divulgações neste anexo são apenas as aplicáveis:

2 – Discriminação dos componentes da caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

	2008	2007
Numerário	8 400,00	7 400,00
Dep. bancários imediatamente mobilizáveis	421 035,28	218 190,77
Depósitos a prazo	2 002 643,00	1 500 000,00
Equivalentes a caixa:		
Caixa e seus equivalentes	14 467,00	12 393,63
Outras disponibilidades:		
Depósitos bancários	2 423 678,28	1 718 190,77
Caixa	14 467,00	12 393,63

5 – Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Execução orçamental

Rubricas	Varição (b/a)	Orçamento (a)	2007 (c)	2008 (b)	Varição (b/c)
Proveitos					
Vendas	-59,4%	206 127	129 454	83 710	-35,3%
Prestações de serviços	-1,2%	15 051 612	14 608 137	14 864 157	1,8%
Proveitos suplementares	20,2%	654 686	598 438	787 252	31,6%
Subsídios à exploração	30,8%	75 602	82 343	98 869	20,1%
Outros proveitos e ganhos		0	745	580	-22,1%
Proveitos e ganhos financeiros	33,2%	158 496	167 549	211 122	26%
Proveitos e ganhos extraordinários	283%	44 177	157 683	169 208	7,3%
Total	0,1%	16 190 700	15 744 349	16 214 896	3%
Custos					
Custo das matérias consumidas	-59,4%	241 030	161 170	97 967	-39,2%
Fornecimentos e serviços externos	1,9%	9 715 208	9 800 324	9 899 722	1%
Impostos	-53,6%	87 944	79 854	40 791	-48,9%
Custos com o pessoal	5,8%	3 223 454	3 144 245	3 408 968	8,4%
Outros custos e perdas operacionais		0	9 599	33 521	249,2%
Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	-19,1%	916 110	763 897	740 876	-3%
Ajustamentos de dívidas a receber	58,8%	60 000	82 242	95 299	15,9%
Custos e perdas financeiros	-11,5%	674 762	609 042	597 336	-1,9%
Custos e perdas extraordinários	2017,9%	10 292	131 931	217 974	65,2%
Total	1,4%	14 928 800	14 782 304	15 132 453	2,4%

Proveitos	Varição (b/a)	Orçamento (a)	2007 (c)	2008 (b)	Varição (b/c)
Vendas	-59,4%	206 127	129 454	83 710	-35,3%
Jóias	-18,3%	113 000	82 000	92 275	12,5%
Quotas – membros efectivos	-2,3%	10 950 000	10 815 834	10 700 694	-1,1%
Quotas – membros em regime de suspensão	-5,7%	180 720	157 614	170 465	8,2%
Vinhetas	-52,9%	298 826	222 390	140 630	-36,8%
Inscrições – acções de formação eventual	-7,7%	1 170 000	1 194 425	1 079 432	-9,6%
Inscrições – formação permanente	-1,8%	1 075 000	1 059 210	1 055 316	-0,4%
Inscrições – formação segmentada	-58,3%	610 000	632 100	254 086	-59,8%
Inscrições – formação à distância			0	869 008	
Conferências CTOC	29,4%	250 000	336 560	323 438	-3,9%



Multas processos disciplinares	71,8%	104 066	108 004	178 813	65,6%
Cursos de formação	-100%	300 000			
Encontro Nacional dos TOC	-33,5%	10 000	7 885	6 645	-15,7%
Formação IPJ			14 261		
Taxa de indeferimento de candidaturas	-87,8%	42 000	23 825	5 125	-78,5%
Reinscrições	-15,4%	9 750	9 225	8 250	-10,6%
Patrocínios	30,8%	75 602	82 343	98 869	20,1%
Publicidade	-1,6%	120 757	106 787	118 787	11,2%
Exames de avaliação profissional	39%	452 000	432 175	628 200	45,4%
Taxas e emolumentos	384,4%	4 179	4 280	20 244	373%
Outros proventos e ganhos operacionais	-96,4%	16 000	745	580	-22,1%
Proventos e ganhos financeiros	33,2%	158 496	167 549	211 122	26%
Proventos e ganhos extraordinários	283%	44 177	157 683	169 208	7,3%
Total	0,1%	16 190 700	15 744 349	16 214 896	3%

Custos	Variação (b/a)	Orçamento (a)	2007 (c)	2008 (b)	Variação (b/c)
Materiais de consumo	-59,4%	241 030	161 170	97 967	-39,2%
Vinhetas	-54%	7 603	5 471	3 497	-36,1%
Serviços de impressão – revistas	-11,1%	331 294	296 661	294 426	-0,8%
SITOC	-5,8%	323 070	315 175	304 303	-3,4%
CD-ROM – ATD-IES			20 958	11 893	-43,3%
Electricidade	12,3%	51 600	57 505	57 932	0,7%
Combustíveis	83,8%	5 717	9 798	10 510	7,3%
Água	12,5%	5 841	5 685	6 569	15,5%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-74,6%	350	200	89	-55,5%
Livros e documentação técnica	-56%	7 819	6 592	3 443	-47,8%
Material de escritório	-0,9%	115 200	140 066	114 115	-18,5%
Artigos para oferta	952%	637	2 210	6 701	203,2%
Rendas e alugueres	108,7%	327 234	649 750	683 078	5,1%
Despesas de representação	112,2%	36 498	73 236	77 459	5,8%
Comunicação	-20,5%	401 381	306 156	319 090	4,2%
Correio	-17,1%	1 042 380	1 100 556	864 131	-21,5%
Seguros	-60,8%	52 609	20 769	20 647	-0,6%
Seguros de responsabilidade civil do TOC	1%	636 680	631 541	643 263	1,9%
Seguro de saúde do TOC	1,3%	856 368	647 901	867 296	33,9%
Transportes diversos	769,4%	46	49	400	714,5%
Deslocações e estadas	-2,3%	457 660	377 104	447 073	18,6%
Comissões			1 088		-100%
Honorários	-28,5%	2 195 357	1 484 664	1 570 634	5,8%
Contencioso e notariado	86%	7 745	9 166	14 408	57,2%
Conservação e reparação	28,8%	288 500	280 923	371 540	32,3%
Publicidade	-26,7%	127 890	303 343	93 719	-69,1%
Limpeza, higiene e conforto	-2,5%	62 150	63 060	60 569	-4%
Vigilância e segurança	-23%	81 600	76 629	62 853	-18%
Trabalhos especializados	61,5%	1 110 630	1 584 250	1 793 687	13,2%
Publicações obrigatórias	15,4%	5 310	5 423	6 129	13%
Fundo de pensões	0%	1 147 600	1 280 000	1 147 600	-10,3%
Outros fornecimentos	50%	28 439	44 395	42 669	-3,9%

Custos	Varição (b/a)	Orçamento (a)	2007 (c)	2008 (b)	Varição (b/c)
Impostos	-53,6%	87 944	79 854	40 791	-48,9%
Vencimentos - Órgãos da Câmara	5,3%	778 021	786 759	819 594	4,2%
Encargos - Órgãos da Câmara	5%	154 279	152 362	161 967	6,3%
Vencimentos - pessoal	6,5%	1 708 618	1 651 627	1 820 508	10,2%
Encargos - pessoal	9,6%	338 500	335 477	370 895	10,6%
Subsídio de alimentação - pessoal	2,3%	127 193	121 309	130 076	7,2%
Seguros acidentes de trabalho	2,9%	16 800	16 800	17 285	2,9%
Custos acção social	12,7%	18 502	19 897	20 851	4,8%
Outros custos c/ pessoal	-16,9%	81 541	60 014	67 792	13%
Outros custos e perdas operacionais		0	9 599	33 521	249,2%
Amortizações edifícios	-12,8%	265 575	228 299	231 544	1,4%
Amortizações de equipamento de transporte	21,7%	29 982	18 586	36 482	96,3%
Amortizações de ferramentas e utensílios	-100%	113	67		
Amortizações de equipamento administrativo	-24,8%	620 000	514 853	466 500	-9,4%
Amortizações de outras imobilizações corpóreas	1343,3%	440	2 092	6 350	203,6%
Ajustamentos de dívidas de membros	58,8%	60 000	82 242	95 299	15,9%
Juros suportados	-3,4%	394 049	397 410	380 832	-4,2%
Amortizações de investimentos em imóveis	0%	39 975	39 975	39 975	0%
Serviços bancários	-26,7%	240 738	171 657	176 530	2,8%
Gratificações e donativos	469%	5 000	14 500	28 450	96,2%
Perdas em existências			7 329	205	-97,2%
Multas e penalidades			8 323	544	-93,5%
Correcções exercícios anteriores			98 725	186 547	89%
Outros custos e perdas extraordinários	-57,9%	5 292	3 054	2 227	-27,1%
Total	1,4%	14 928 800	14 782 304	15 132 453	2,4%

Imobilizações	Orçamento	Real	Varição (%)
Imobilizado corpóreo:			
Terrenos e recursos naturais	0	80 619,64	
Edifícios e outras construções	915 000,00	396 888,18	-57%
Equipamento de transporte	50 000,00	23 000,00	-54%
Equipamento administrativo	400 000,00	135 066,53	-66%
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	0	100 000,00	
Total	1 365 000,00	735 574,35	-46%

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados do exercício de 2008

Nota introdutória

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas é uma pessoa colectiva pública criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, com o NIPC n.º 503 692 310 e sede na Av. Barbosa do Bocage, n.º 45, Lisboa.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo Plano Oficial de Contabilidade relativamente ao modelo desenvolvido. As notas não referenciadas não são aplicáveis.

3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, por naturezas e por funções, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões:

a) Imobilizado corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível).

Foi efectuada a separação do valor dos terrenos, de acordo com o art. 11.º do Decreto-Regulamentar n.º 2/90, de 2 de Janeiro.

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes em sistema de duodécimos e às taxas máximas legalmente fixadas no Decreto-Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Os bens do activo imobilizado adquiridos no ano de 2008, de valor inferior a 199,52 euros, foram amortizados a cem por cento, de acordo com o n.º 1 do art. 20.º do referido diploma legal.

b) Materiais diversos

Os bens aprovisionáveis destinados ao consumo nas acções de formação são registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível), através do sistema de inventário permanente, utilizando o FIFO como método de custeio das saídas.

c) Ajustamentos de dívidas a receber

Manteve-se o critério e o cálculo do reconhecimento dos ajustamentos de dívidas a receber, dos membros (v.g. quotas), de acordo com a sua antiguidade:

Entre 13 e 18 meses - 15% do valor em dívida

Entre 19 e 24 meses - 25% do valor em dívida

Superior a 25 meses - 50% do valor em dívida

d) Acréscimos e diferimentos

Em obediência ao princípio «da especialização» registam-se as seguintes situações:

- Os encargos com férias (v.g. férias, subsídio de férias) foram contabilizados em 2008 com base na estimativa dos encargos a pagar no próximo exercício.

- Os valores relativos a material de economato (v.g. subscritos, folhas de carta) são reconhecidos como custo do exercício de acordo com o seu consumo.

e) Imposto sobre o rendimento do exercício

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, este é apurado de acordo com o método do imposto a pagar, previsto no POC, por inaplicabilidade da Directriz Contabilística n.º 28, tendo em conta os rendimentos comerciais (comercialização dos manuais das acções de formação, aplicações informáticas, patrocínios a conferências realizadas no presente exercício, inscrições ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Créditos e a publicidade na Revista «TOC»).

7. O número médio de colaboradores ao serviço da CTOC (incluindo os Órgãos da Câmara), foi de 122 resultante de:

Janeiro	121	Fevereiro	120	Março	119	Abril	121	Maio	121	Junho	122
Julho	123	Agosto	123	Setembro	123	Outubro	122	Novembro	125	Dezembro	125

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos, de acordo com os seguintes quadros:

Activo bruto						
(valores em euros)						
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Propriedade industrial e outros direitos	1 450,26					1 450,26
	1 450,26					1 450,26
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2 789 446,23		80 619,64			2 870 065,87
Edifícios e outras construções	11 411 836,44		396 888,18			11 808 724,62
Equipamento de transporte	172 263,57		23 000,00	19 153,84		176 109,73
Ferramentas e utensílios	4 029,96					4 029,96
Equipamento administrativo	2 966 951,95		135 066,53		46 055,15	3 055 963,33
Outras imobilizações corpóreas	223 862,47					223 862,47
Adiantamentos p/ c/ imob. corpóreas	80 000,00		100 000,00			180 000,00
	17 648 390,62		735 574,35	19 153,84	46 055,15	18 318 755,98
Investimentos financeiros:						
Investimentos em imóveis	2 432 864,46					2 432 864,46
Outras aplicações financeiras	100 000,00					100 000,00
	2 532 864,46					2 532 864,46
Total	20 182 705,34		735 574,35	19 153,84	46 055,15	20 853 070,70

Amortizações e ajustamentos				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	1 450,26	0	0	1 450,26
	1 450,26	0	0	1 450,26
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	941 094,84	231 544,12	0	1 172 638,96
Equipamento de transporte	72 291,85	36 482,15	19 153,84	89 620,16
Ferramentas e utensílios	4 029,96	0	0	4 029,96
Equipamento administrativo	1 906 529,00	466 499,54	45 850,15	2 327 178,39
Outras imobilizações corpóreas	14 206,27	6 350,39	0	20 556,66
	2 938 151,92	740 876,20	65 003,99	3 614 024,13
Investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	53 299,56	39 974,69		93 274,25
	53 299,56	39 974,69		93 274,25
Total	2 992 901,74	780 850,89	65 003,99	3 708 748,64

14. Com relação às imobilizações corpóreas e em curso:

As imobilizações corpóreas estão totalmente afectas à única actividade da Câmara.

15. Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

Locação financeira	Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 583 128,79	383 325,15	9 199 803,64

As amortizações incidem sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25 por cento do valor do terreno, nos termos do art. 11.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante:

Ajustamentos				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas de Membros	803 170,24	95 299,11		898 469,35

Verificou-se durante o exercício de 2008 um acréscimo dos montantes em dívida com antiguidade superior a 12 meses, o que originou o reforço dos respectivos ajustamentos.

23. Valor global das dívidas dos membros de cobrança duvidosa:

Membros de cobrança duvidosa 1 998 403,00 euros

29. Valor das dívidas a terceiros a mais de cinco anos:

Rubrica do balanço	Dívida até um ano (Curto prazo)	Dívidas de um a cinco anos (Médio prazo)	Dívidas a mais de cinco anos (Longo prazo)	Total
Fornecedores de imobilizado	527 294,16	2 356 612,91	4 948 333,56	7 832 240,63

35. Movimentos ocorridos no fundo social:

O fundo social da CTOC sofreu um aumento devido à incorporação do resultado líquido do exercício de 2007 no montante de 959 134,28 euros sendo distribuídos da seguinte forma:

fundo social – 802 207,60 euros

Reforço da reserva do fundo social – 156 926,68 euros.

Utilização da reserva do fundo social em 2008 - 9 397,73 euros.

40. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de fundo social, constantes do balanço:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 – Fundo social	9 109 459,03	802 207,60		9 911 666,63
57 – Reservas				
574 – Reservas livres				
576 – Reservas fundo social	93 073,32	156 926,68	9 397,73	240 602,27
59 – Resultados transitados				
591 – Resultados transitados		959 134,28	959 134,28	
881 – Resultado líquido do exercício	959 134,28	1 066 180,17	959 134,28	1 066 180,17
Total do fundo social	10 161 666,63	2 984 448,73	1 927 666,29	11 218 449,07

De salientar que durante o exercício de 2008, cinco membros beneficiaram do fundo social.

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	6 849,64	20.570,95
Compras	44 514,53	82.541,70
Descontos e abatimentos em compras	(149,25)	0,00
Regularizações de existências	(6 771,10)	0,00
Existências finais	78,54	49.511,23
Custos no exercício	44 365,28	53 601,42

43. As remunerações dos membros dos Órgãos da Câmara:

As remunerações atribuídas aos Órgãos da CTOC (25 elementos) no presente exercício, foram de 819 593 euros, distribuindo-se do seguinte modo:

Remunerações Órgãos da Câmara	Direcção	Conselho Técnico	Conselho Fiscal	Conselho Disciplinar	Assembleia Geral	Comissão Inscrição	Total
Vencimentos	199 675,67	125 063,80	38 178,60	97 809,90	20 573,40	152 263,80	633 565,17
Sub. férias e férias 2008	42 042,31	24 808,00	7 704,00	18 820,00	3 742,00	26 008,00	123 124,31
Subsídio de Natal	22 363,21	12 404,00	3 852,00	9 410,00	1 871,00	13 004,00	62 904,21
Total geral	264 081,19	162 275,80	49 734,60	126 039,90	26 186,40	191 275,80	819 593,69

45. Demonstração dos resultados financeiros:

Custos e perdas	2008	2007	Proveitos e ganhos	2008	2007
681 – Juros suportados	380 831,59	397 410,78	781 – Juros obtidos	63 521,68	23 130,51
683 – Amortizações de investimentos de imóveis	39 974,69	39 974,67	783 – Rendimentos de imóveis	147 600,00	144 000,00
688 – Outros custos e perdas financeiros	176 529,65	171 656,97	788 – Reversões / outros prov. financeiros	0,00	418,63
Resultados financeiros	(386 214,25)	(441 493,28)			
	211 121,68	167 549,14		211 121,68	167 549,14

46. Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e perdas	2008	2007	Proveitos e ganhos	2008	2007
691 – Donativos	28 450,00	14 500,45	794 – Ganhos em imobilizações	3 500,00	110 837,98
693 – Perdas em existências	0,00	7 328,50	797 – Correções relativas a exercícios anteriores	96 571,49	19 033,70
694 – Perdas em imobilizações	205,00	0,00	798 – Outros proveitos e ganhos extraordinários	69 136,28	27 811,81
695 – Multas e penalidades	544,00	8 323,12			
697 – Correções relativas a exercícios anteriores	186 547,17	98 725,25			
698 – Outros custos e perdas extraordinários	2 227,35	3 053,71			
Resultados extraordinários	(48 765,75)	25 752,46			
	169 207,77	157 683,49		169 207,77	157 683,49

48. Informações relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

48.1 No que diz respeito aos acréscimos e diferimentos, apresentamos o seguinte quadro comparativo:

Acréscimos e diferimentos	2008	2007
Activos:		
271 Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	27 527,13	13 179,96
Outros (patrocínios, multas)	38 739,00	38 491,11
	66 266,13	51 671,07
272 Custos diferidos		
Contratos de manutenção de software	86 190,58	155 417,34
Material de economato	23 002,95	15 752,17
Juros – Contrato financiamento	27 416,77	0,00
Outros		
Aluguer de sala	4 500,00	19 940,80
Renda de instalações – Vila Real	1 750,00	1 750,00
Custas judiciais	0,00	2 016,00
Seguro de doença	19 466,79	17 736,56
Quotizações	27 000,00	0,00
Outros – seguros	5 143,14	4 614,05
	194 470,23	217 226,92
Passivos:		
273 Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	455 805,37	415 849,35
Fundo de pensões	852 298,60	0,00
Outros (honorários, IMI)	320 625,89	215 467,24
	1 628 729,86	631 316,59
274 Proveitos diferidos		
Jóias, quotização, inscrição – formação, rendas	628 531,63	319 093,33


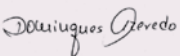
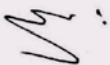
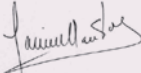
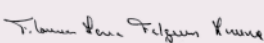

De salientar o montante de 852 298,60 euros registado em acréscimos de custos, valor que correspondente à contribuição da CTOC para o fundo de pensões e que, por deliberação da Direcção, foi suspensa a entrega à entidade gestora do fundo, e constituído um depósito a prazo.

48.2 Relativamente à conta 68 - Custos e perdas financeiros, destacamos os montantes das contas:

Custos e perdas financeiros	2008	2007
681 Juros suportados		
Juros de empréstimos bancários	3 441,88	6 866,17
Juros de contrato de <i>leasing</i>	377 389,71	390 544,61
	380 831,59	397 410,78
683 Amortizações de investimentos em imóveis	39 974,69	39 974,67
688 Outros custos e perdas financeiros		
Taxa de utilização Multibanco (MB)	61 800,82	58 343,02
Taxa de utilização CTT	4 549,59	4 774,93
Taxa de utilização transferência bancária e Internet	94 209,06	95 024,23
Outros serviços bancários	15 970,18	13 514,79
Total	176 529,65	171 656,97

48.3 Desenvolvimento das rubricas de correcções relativas a exercícios anteriores:

	2008	2007
697 Correcções relativas a exercícios anteriores		
Correcções devidas, no âmbito de:		
Processos de cancelamento	81 374,26	60 206,18
Acções de formação		
Honorários	67 330,16	9 622,10
Aluguer de salas	4 517,00	1 452,00
Deslocações e estadas	0,00	11 019,77
Conservação e reparação de equipamentos e edifícios	23 488,29	8 554,70
Outros	9 837,46	3 621,22
ATD enviados à cobrança, cujo levantamento não foi efectuado	0,00	4 249,28
Total	186 547,20	98 725,25

O TOC n.º 7 605	A Direcção				
	Presidente	Vice-presidente	Secretário	Secretária	Tesoureiro
					
Ana Teresa Pina	António Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	Manuel Vieira de Sousa

Considerações finais

A dimensão e dinâmica da nossa Instituição, porque vividas com alma e devoção, muito dificilmente se conseguem traduzir por palavras.

Para compreender na plenitude o significado desta afirmação, é necessário “viver” a Instituição, sentir o seu pulsar, de-sejar encontrar soluções para problemas difíceis e que nem sempre estão ao nosso alcance ou dependem só de nós. Por vezes, em conversas ou afirmações que ouvimos, sentimos que algumas pessoas têm uma dimensão desta Instituição e da profissão na directa relação do que dela conhecem. As instituições não são aquilo que delas pensamos, mas o que delas e nelas criamos.

Ao longo das páginas do presente relatório, procuramos dar uma imagem real do que é a nossa Instituição. No fundo, o que foi o nosso trabalho ao longo dos 366 dias de 2008.

Relatámos nele a nossa actividade e a execução do que prometemos através do plano de actividades e orçamento que apresentamos aos membros em Assembleia-Geral.

Do que planeámos arrecadar, errámos apenas em 0,6 por cento. É um grau de execução praticamente perfeito, quase de rigor “científico”.

No capítulo das despesas, registámos um desvio de 1,4 por cento, um pouco superior ao verificado na receita mas, de qualquer modo, revela um índice de execução dificilmente igualável.

Sentimo-nos orgulhosos com estes resultados porque traduzem a atenção e o rigor que colocamos na execução do plano de actividades e orçamento.

Por tudo o que se disse, e no cumprimento daquilo a que nos propusemos, apresentamos neste documento a nossa acção e empenho em prol dos Técnicos Oficiais de Contas.

Se, em face dos resultados, merecermos o vosso voto, como reconhecimento implícito do nosso trabalho, sentir-nos-emos ainda mais motivados por servir a causa dos Técnicos Oficiais de Contas.


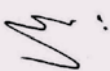
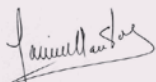
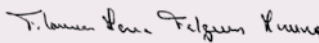

Proposta

Nos termos do exposto, a Direcção da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, propõe à Assembleia-Geral o seguinte:

- 1 – Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2008;
- 2 – Que os resultados obtidos no montante de 1 066 180,17 euros tenham a seguinte distribuição:
 - a) A importância de 9 397,73 euros para reservas de fundo social;
 - b) A importância de 1 056 782,44 euros para o fundo social;
- 3 – Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Câmara, bem como às entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2008, sem os quais a gestão relatada não teria sido possível.

Lisboa, 4 de Março de 2009

A Direcção

Presidente	Vice-presidente	Secretário	Secretária	Tesoureiro
				
António Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	Manuel Vieira de Sousa

Relatório Anual da Actividade Fiscalizadora de 2008

1. Introdução

Nos termos da alínea d) do art. 37.º do Estatuto da CTOC (ECTOC), o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua actividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à Assembleia-Geral de aprovação de contas.

Este relatório visa, portanto, dar cumprimento à última parte daquele articulado. Considerando que o ECTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da actividade fiscalizadora desenvolvida.

2. Âmbito

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art. 37.º do ECTOC, fiscalizámos o cumprimento do Plano de Actividades e Orçamento, e a actividade administrativa da Direcção e examinámos os documentos e os registos contabilísticos. Em consequência do exame efectuado emitimos o parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção nos termos da mencionada alínea c) do art. 37.º do ECTOC, com data de 9 de Março de 2009, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3. Procedimentos de fiscalização

3.1 Organização interna do CF

A organização interna do CF obedece a um «Regulamento de Funcionamento» aprovado no mandato de 2002-2004, tendo o actual CF, em reunião de 8 de Janeiro de 2008, deliberado mantê-lo.

A palavra «fiscalizar» significa «verificar o bom cumprimento de normas, leis ou quaisquer regras ou disposições» ou «observar atentamente o cumprimento dos deveres, obrigações de alguém» (*in* Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, Ed. Verbo, Lisboa, 2001, pg. 1759).

Neste contexto, o CF tem desenvolvido a sua acção fiscalizadora numa dupla perspectiva:

– *A posteriori ou reactiva* – Em função da realização efectiva das actividades, em que o CF apresenta sugestões/recomendações e relatórios/memorandos visando a evidenciação dos resultados e a melhoria do desempenho dessas actividades no futuro, especialmente nas que são recorrentes (*v.g.* acções de formação).

– *Apriorística ou proactiva* – Sempre que o CF apresenta sugestões/recomendações antes da realização das actividades, constantes ou não expressamente do Plano de Actividades;

As funções do CF, contempladas no citado art. 37.º do ECTOC estão, de uma forma geral, previstas no art. 420.º do CSC, nomeadamente a «fiscalização da gestão» prevista na alínea a) do n.º 1 desse articulado do CSC.

Para a prossecução dessas competências estatutárias, o CF desenvolveu, entre outros, os seguintes procedimentos:

3.2 Competências do CF

Na sequência de algumas dúvidas sobre a actividade fiscalizadora, o CF do mandato de 2002/2004 elaborou um relatório intitulado «Documento para debate», enviado a todos os Órgãos da Câmara, no qual clarificou as suas competências no âmbito do art. 37.º do ECTOC e suscitou a sua opinião, visando diminuir o *expectation gap* da acção fiscalizadora. O CF regista que apenas a Comissão de Inscrição se pronunciou sobre o documento.

Em reunião de 8 de Janeiro de 2008, o CF procedeu à reanálise dos pontos essenciais do documento, visando, essencialmente, inteirar o novo membro do CF, 1.º vogal, António Joaquim Fernandes Cerqueira, tendo o mesmo sido ratificado, considerando a sua importância como documento estruturante da actividade do CF.

Além disso, tendo em conta a futura revisão do ECTOC, o CF tem vindo a sugerir à Direcção que o mesmo contemple mais duas competências do CF, visando eliminar definitivamente tais dúvidas. A saber:

– Elaborar parecer sobre o plano de actividades e orçamento;

– Fiscalizar o cumprimento da lei, estatutos e regulamentos, assim como as deliberações das assembleias-gerais.

O CF entende que tais competências, e mais especificamente a segunda, estão em sintonia com os estatutos de grande parte das associações e ordens profissionais, como o CF demonstrou naquele documento.

3.3 Reuniões

Em 2008, o CF realizou 11 reuniões.

3.4 Planos de Actividades e Orçamentos de 2008 e 2009

Face ao preceituado na alínea a) do art. 37.º do ECTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) da Câmara.

O art. 37.º do ECTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos, mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, objectivamente, o PAO. No entanto, a exemplo de anos anteriores, o presidente da Mesa da Assembleia-Geral, tem solicitado a intervenção do CF no sentido da emissão de um «parecer informal» nas assembleias-gerais de apreciação do PAO, o que também se verificou relativamente aos PAO de 2008 (Assembleia-Geral de 15 de Dezembro de 2007) e de 2009 (Assembleia-Geral de 20 de Dezembro de 2008).

3.5 Acompanhamento das actividades dos outros Órgãos da Câmara

A fiscalização do PAO da Câmara pressupõe, no entender do CF, que este deve supervisionar a actividade de todos os Órgãos da CTOC, pelo que a actuação do CF teve em conta esse pressuposto.

Uma das formas que o CF se serviu para fiscalização da actividade dos Órgãos da CTOC foi a de solicitar as respectivas actas das reuniões. Assim, nas reuniões do CF foram analisadas as actas da Assembleia-Geral, da Direcção, da Comissão de Inscrição e do Conselho Técnico e, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou os respectivos esclarecimentos. O actual Conselho Disciplinar, de acordo com documento enviado ao CF anterior, mantém a decisão de não disponibilizar as actas das respectivas reuniões, por considerar que as características da sua actividade assumem um carácter sigiloso.

Além disso, o CF solicitou os relatórios de actividades dos restantes órgãos, os quais estão em conformidade com as respectivas competências estatutárias.

O relatório de actividades da Direcção descreve as principais actividades daqueles Órgãos.

3.6 Acompanhamento das actividades dos departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalhos

Considerando que os departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à actividade administrativa da Direcção, o CF entende que a sua acção fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respectivas actividades, face ao estatuído na parte final da alínea c) do art. 37.º do ECTOC, relativamente à referência «fiscalizar a sua actividade administrativa.»

Neste contexto, o CF analisou os relatórios das actividades da Comissão de História da Contabilidade, da Comissão para a Contabilidade Pública e da Comissão para a Formação à Distância, as quais cumpriram, de uma forma geral, os respectivos planos de actividades. A Comissão de Controlo de Qualidade não elaborou o respectivo relatório, em virtude de, segundo informações do seu presidente, o número de controlos efectuados não justificar tal relato. De qualquer forma, o relatório de actividades da Direcção destaca algumas das actividades dessa Comissão.

O Gabinete de Estudos da CTOC (GECTOC) não elaborou o respectivo relatório de actividade, pelo que o CF não está em condições de se pronunciar sobre a actividade desenvolvida.

Com excepção do GECTOC, o relatório de actividades da Direcção descreve as actividades mais relevantes mencionadas nos relatórios daquelas comissões.

3.7 Recomendações

O CF apresentou algumas sugestões aos Órgãos da Câmara, especialmente à Direcção, que foram traduzidas em notas de recomendações.

3.8 Outros procedimentos

Foram desenvolvidos, também, os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- Reuniões e/ou entrevistas com os responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da CTOC;
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, bem como os correspondentes anexos, com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade, directrizes contabilísticas e interpretações técnicas;

- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Câmara, bem como da sua divulgação no anexo, designadamente no que concerne a amortizações, ajustamentos de dívidas a receber, acréscimos e diferimentos activos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;
- e) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Câmara;
- f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo, confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Câmara;
 - Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos e de provisões para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
 - Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - Sugestões de ajustamentos e reclassificações contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes. As demonstrações financeiras traduzem tais operações.
- g) Análise dos relatórios elaborados pelos auditores externos, os quais serviram de base para verificações complementares do CF.

3.9 Destaque a algumas actividades e assuntos

O CF destaca as seguintes actividades e assuntos, alguns dos quais são recorrentes:

3.9.1 Seguro de responsabilidade civil

O primeiro CF da CTOC emitiu um parecer, datado de 24 de Fevereiro de 1999, no qual manifestou a sua discordância com a assunção pela Direcção do pagamento do seguro de responsabilidade civil, tendo apresentado sugestões para uma outra utilização dos encargos incorridos.

Então, o CF argumentou que o n.º 4 do art. 52.º dos Estatutos prevê como «dever geral» que os TOC devem subscrever um contrato de seguro de responsabilidade civil profissional, pelo que, salvo melhor opinião, o mesmo está direccionado para uma subscrição individual e não para uma subscrição colectiva, neste caso realizada pela Direcção da CTOC.

A actual Direcção deliberou manter o pagamento do seguro para os exercícios de 2008 a 2010.

Entretanto, no ano de 2002, o CF de então solicitou à Direcção a emissão de um parecer jurídico para clarificação da situação, o qual veio a ser emitido em 15 de Março de 2002, por Luiz Gomes & Associados, Sociedade de Advogados.

No entanto, os CF anteriores mantiveram, e o actual CF também mantém, a discordância quanto ao pagamento do seguro pela Direcção da CTOC devido à referida argumentação, alertando, simultaneamente, para os efeitos dos respectivos custos nos resultados do exercício. Além disso, o CF insiste em alertar para as consequências passadas, actuais e futuras resultantes do potencial aumento do custo do seguro, face ao previsto no art. 24.º, n.º 3 da Lei Geral Tributária e no art. 8.º do n.º 3 do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT).

3.9.2 Auditoria externa

Considerando que os Órgãos da CTOC são eleitos em lista apresentada a sufrágio, incluindo, portanto, o CF, opinamos que se justifica a manutenção da auditoria externa por uma entidade independente, pelo que concordamos com a deliberação da Direcção na permanência desses serviços, os quais têm sido adjudicados, desde a constituição da CTOC, à sociedade «Oliveira, Reis & Associados», Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, n.º 23, com sede em Lisboa.

O CF mantém o entendimento de que se justifica uma rotatividade desses serviços. No entanto, a Direcção manteve a decisão de seleccionar a mesma SROC, que se mantém desde a data da constituição da CTOC, argumentando

que esta tem cumprido as suas responsabilidades, o que o CF considera não constituir um argumento suficiente. Além do «Relatório de Auditoria», reportado a 31 de Dezembro de 2008, que está em conformidade com o Estatuto da Ordem dos ROC (EOROC), os auditores externos elaboraram, em 18 de Novembro de 2008, um relatório de auditoria intercalar não exigido pelo EOROC, desenvolvendo os testes de conformidade sobre o controlo interno, apresentando sugestões à Direcção para a sua melhoria, as quais têm servido de orientação para o CF efectuar algumas recomendações à Direcção. Além disso, aquela sociedade emitiu um relatório analítico de auditoria, também reportado a 31 de Dezembro de 2008, desenvolvendo não só a evolução do controlo interno desde aquela data, como também os testes de substanciação realizados.

3.9.3 Acções de formação

Considerando que as acções de formação constituem actividades em que existe um maior contacto directo entre os dirigentes da CTOC e os profissionais, o CF tem desenvolvido algumas acções de fiscalização traduzidas em notas de recomendações e relatórios.

Apesar de as acções de formação revelarem um histórico positivo na actividade da CTOC, o CF mantém o entendimento de que as mesmas ainda registam algumas deficiências organizacionais que urge colmatar, esperando-se, nomeadamente, uma maior intervenção do Conselho Técnico. O CF tem conhecimento que o Conselho Técnico e a Direcção estão a ultimar um Regulamento das Acções de Formação, cuja conclusão esteve prevista no mandato anterior, mas que ainda não se concretizou em 2007 e 2008.

Além disso, os PAO de 2007 e 2008 previam que as «reuniões livres das quartas-feiras» seriam objecto de análise e reflexão profundas quanto à sua forma e conteúdo, o que, até à data, não se verificou.

O CF tem conhecimento que o Conselho Técnico elaborou e enviou à Direcção um memorando visando a melhoria do funcionamento destas reuniões, o qual ainda não foi objecto de despacho da Direcção.

3.9.4 Canal de televisão «Web-TV»

Esta actividade estava prevista no *item* 1.3 do Capítulo «3 – Comunicação e imagem» do PAO/2008 e ainda não foi implementada, conforme é referido no Relatório e Contas, transitando, desta forma, para a PAO/2009 (*item* 5.2).

3.9.5 Serviço de respostas on-line

De acordo com o *item* 1.10 do Capítulo «5 – Apoio técnico aos membros» do PAO/2008, a Direcção destacou a «implementação de um serviço de resposta *on-line*, através da Internet, possibilitando por essa via, *just in time*, as respostas a questões simples colocadas pelos membros», o que não se verificou no exercício de 2008 e transitou para o PAO/2009 (*item* 5.8).

3.9.6 Inscrição da CTOC no IFAC e na FEE

De acordo com o *item* 7.3 do PAO/2008, a Direcção tinha prevista a adesão em 2008 àqueles dois organismos internacionais de Contabilidade, o que ainda não se concretizou. De acordo com o Relatório da Direcção prevê-se a inscrição na IFAC em Novembro de 2009.

3.9.7 Primeiro Encontro de História da Contabilidade

Embora não estivesse previsto no PAO/2008, a Direcção, em colaboração com a Comissão de História da Contabilidade da CTOC, organizou, com assinalável êxito, o evento supra.

As demonstrações financeiras evidenciam os respectivos custos e proveitos.

3.9.8 IX Prolatino

Apesar de não se encontrar previsto expressamente no PAO/2008, a Direcção deliberou a organização do IX Prolatino (o segundo, em anos consecutivos, realizado em Portugal), em cooperação com o seu mentor, António Lopes da Sá, e o Conselho Federal de Contabilidade do Brasil.

As demonstrações financeiras evidenciam os respectivos custos e proveitos.

3.9.9 Proposta de alteração do Estatuto da CTOC

Em conformidade com o item «7.5 – Outras realizações – reuniões com os membros» do PAO/2008, a Direcção tinha prevista a apresentação ao Executivo e à Assembleia da República de uma proposta de alteração dos Estatutos da CTOC e a sua passagem a «Ordem profissional», prevendo a realização de reuniões com os membros para análise dessa proposta e de outros assuntos profissionais, o que também não se concretizou e transitou para o ano de 2009, conforme informações da Direcção, embora não conste do PAO/2009.

3.9.10 Curso de preparação para acesso à profissão

Em 2007, O CF sugeriu à Direcção a realização de um «Curso de preparação de acesso à profissão». Na sequência, a Direcção designou uma comissão eventual (conforme notícia na Revista «TOC» n.º 84, de Março de 2007, p. 28 e PAO/2007), a qual apresentou o respectivo relatório.

No entanto, a Direcção ainda não procedeu à implementação do curso, nem os PAO de 2008 e 2009 o prevêm, pelo que o CF mantém a sua sugestão.

3.9.11 Sítio na Internet

Em 2007, a Direcção noticiou (Revista «TOC» n.º 84, de Março de 2007, pp. 14-16) a reformulação do sítio na Internet, visando a melhoria das suas funcionalidades.

Porém, o CF constata que, apesar de ter conhecimento que já foram desenvolvidos os respectivos trabalhos, a implementação da nova versão do sítio ainda se encontra em fase de apreciação pela Direcção.

3.9.12 Outras actividades não referidas no relatório de actividades

O CF constata que a Direcção desenvolveu outras actividades e factos não referidos no respectivo relatório, que se elencam:

- Apresentação do relatório da «Comissão para a elaboração do POC para as Associações Humanitárias de Bombeiros»;
- Organização da II Conferência Anual da EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SME*);
- Assinatura do «Protocolo de colaboração com os Países de Língua Oficial Portuguesa» com a Direcção do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil;
- Publicação do centésimo número da Revista «TOC», de Julho de 2008, acompanhada de um suplemento com depoimentos de diversas pessoas ligadas directa e indirectamente à CTOC;
- Pareceria entre a CTOC e o *site e.economia.info*; em que os TOC poderão assinar gratuitamente a *newsletter*;
- Protocolo entre a Direcção da CTOC e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, visando a disponibilização para *download* no sítio da CTOC da «Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal», bem como a sua assinatura com desconto de 25 por cento;

4. Relatório e Contas

4.1 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 contemplam os ajustamentos e reclassificações contabilísticos apresentados pelo CF, salientando-se, porém, os seguintes factos:

- a) Perante a inexistência de um Plano Oficial de Contabilidade para a realidade associativa, a Câmara tem seguido o POC aplicável às empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, e demais normas contabilísticas complementares (v.g. directrizes contabilísticas), conforme é referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, efectuando as adaptações julgadas oportunas, de acordo com a natureza jurídica da CTOC e as respectivas necessidades de relato financeiro;
- b) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, salientando-se as resultantes da aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais «Da especialização (ou do acréscimo)» e «Da prudência», o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Câmara;

- c) Desde o início da actividade da CTOC que os resultados líquidos dos exercícios têm registado valores positivos. O resultado líquido do exercício de 2008 de 1 066 180,17 euros subiu ligeiramente em relação ao exercício anterior (959 134,28 euros)
- d) As dívidas de quotizações dos membros em 31/12/2008 diminuíram ligeiramente para 3 129 918 euros (em 2007 eram de 3 209 059,94 euros), das quais consideram-se de cobrança duvidosa o montante de 1 998 403 euros (em 2007 eram de 1 782 634,44 euros), o qual se encontra ajustado em 898 469,35 euros (45 por cento), traduzindo-se num aumento dos «ajustamentos de dívidas a receber» de 95 299,11 euros.
- e) De acordo com a demonstração dos fluxos de caixa, registou-se uma variação positiva de 707 560,88 euros, justificada pelos fluxos de actividades operacionais positivos de 2 569 938,53 euros.
- f) Seria conveniente a apresentação de demonstrações complementares sobre os custos (v.g. pessoal, fornecedores e serviços de externos) de actividades, departamentos, comissões técnicas e Órgãos da CTOC.

4.2 Relatório de actividades

O CF procedeu à análise do Relatório de Actividades da Direcção (RAD) de 2008, o qual descreve as actividades da Direcção e dos restantes Órgãos da CTOC, bem como dos departamentos e comissões técnicas, excepto as do CF, as quais estão traduzidas neste relatório, bem como dos departamentos da CTOC, contemplando algumas sugestões e/ou correcções apresentadas pelo CF.

5. Execução orçamental

Como é referido no RAD, o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos custos e dos proveitos.

Lisboa, 9 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Presidente

1.º vogal

2.º vogal



Joaquim Fernando da Cunha Guimarães



António Joaquim Fernandes Cerqueira



Tomás Pires Vieira dos Santos

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas da Direcção de 2008

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea c) do art. 37.º do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (ECTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, examinámos o Relatório e Contas da Direcção de 2008, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, as quais incluem o balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 22 279 729,34 euros e um total do fundo social de 11 218 449,07 euros, incluindo um resultado líquido de 1 066 180,17 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. Nos termos da alínea f) do n.º 1 do art. 35.º do ECTOC, é da competência da Direcção da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas a apresentação do Relatório e Contas e respectivas demonstrações financeiras.

ras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Câmara, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. Considerando que a Direcção deliberou manter a auditoria às contas, de base contratual, realizada por Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, n.º 23, com sede em Lisboa, entendemos que o trabalho desenvolvido por essa sociedade incorre nas responsabilidades inerentes ao respectivo relatório de auditoria face ao disposto no art. 45.º do Decreto-Lei n.º 489/99, de 16 de Novembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), com a redacção do Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.
4. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art. 37.º do ECTOC e consiste na emissão de parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção e, de um modo geral, na fiscalização da sua actividade administrativa.

Âmbito

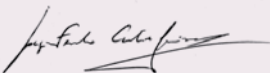


5. Não definindo o ECTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efectuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.
6. O Relatório Anual da Actividade Fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art. 37.º do ECTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa actividade fiscalizadora.
7. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório da Direcção com as demonstrações financeiras.
8. Entendemos que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção de 2008.

Parecer

9. Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direcção de 2008 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas em 31 de Dezembro de 2008 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 9 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Presidente	1.º vogal	2.º vogal
		
Joaquim Fernando da Cunha Guimarães	António Joaquim Fernandes Cerqueira	Tomás Pires Vieira dos Santos



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
 (Inscrita sob o n.º 23)

AUDITOR (C. M. V. M.)
 Membro de / Member of



FERNANDO MARQUES DE OLIVEIRA
 JOSÉ VIEIRA DOS REIS
 CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
 JOSÉ BARATA FERNANDES
 JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
 CARLOS MANUEL GREHA

C
Â
M
A
R
A

D
O
S

T
É
C
N
I
C
O
S

O
F
I
C
I
A
I
S

D
E

C
O
N
T
A
S

Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *CÂMARA DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (CTOC)*, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 22 279 729 euros e um total de fundo social de 11 218 449 euros, incluindo um resultado líquido de 1 066 180 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CTOC e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

SEDE | HEAD OFFICE: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 50 - 3.º 1070-064 - LISBOA - PORTUGAL

Tel. (+351) 217 271 197 | Fax (+351) 217 273 129 | E-mail: geral@aorasroc.pt

Delegação | Branch: Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3 2415-396 LEIRIA - PORTUGAL Tel. (+351) 244 822 175 | Fax (+351) 244 822 178





OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
(Inscrita sob o n.º 23)

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da Direcção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CÂMARA DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (CTOC)*, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 6 de Março de 2009

OLIVEIRA, REIS E ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

José Barata Fernandes, ROC n.º 540



CTOC

CÂMARA dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS
Pessoa Colectiva Pública

Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45
1049-013 Lisboa
www.ctoc.pt